

**UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO**

**CINTIA APARECIDA DA SILVA**

**PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DA INSTITUIÇÃO LEGIÃO  
DA BOA VONTADE DE RIBEIRÃO PRETO SOBRE A QUESTÃO DA  
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**RIBEIRÃO PRETO**

**2017**

**CINTIA APARECIDA DA SILVA**

**PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DA  
INSTITUIÇÃO LBV DE RIBEIRÃO PRETO SOBRE A  
QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde e Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque.

**RIBEIRÃO PRETO**

**2017**

Ficha catalográfica preparada pelo Centro de Processamento Técnico  
da Biblioteca Central da UNAERP

- Universidade de Ribeirão Preto - -

S586p Silva, Cintia Aparecida da, 1979-  
A percepção dos educadores sociais da Instituição LBV de  
Ribeirão Preto sobre a questão da violência contra crianças e  
adolescentes / Cintia Aparecida da Silva. - - Ribeirão Preto, 2017.  
78 f.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eliana Mendes de S. T. Roque.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Ribeirão Preto,  
UNAERP, Saúde e Educação. Ribeirão Preto, 2017.

1. Educador social. 2. Criança e adolescente. 3. Violência.  
I. Título.

CDD 610

CÍNTIA APARECIDA DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DA INSTITUIÇÃO LBV DE  
RIBEIRÃO PRETO SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Saúde e  
Educação da Universidade de Ribeirão  
Preto para obtenção do título de Mestre  
em Saúde e Educação.

Área de Concentração: Ensino de Ciências da Saúde

Data da defesa: 29 de junho de 2017

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque  
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto



Prof. Dra. Maria Aparecida Tedeschi Cano  
UNIFRAN – Universidade de Franca



Prof. Dra. Elizabeth Regina Negri Barbosa  
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

RIBEIRÃO PRETO  
2017

## DEDICATÓRIA

Dedico esta complexa pesquisa a todos aqueles que trabalham direta ou indiretamente com crianças e adolescentes vitimizados. Espero que esta análise que construímos ao longo deste estudo possa contribuir de alguma forma para a reflexão e o entendimento de educadores sobre o fenômeno da violência.

*Os novos caminhos para a Educação pressupõem o apoio e a inspiração em princípios das ciências contemporâneas que permitem e promovem um olhar e um pensar multidimensional.*

*EDGAR MORIN*

## AGRADECIMENTOS

A *Deus*, razão e força propulsora de minha existência.

À minha mãe (*in memoriam*) *Darci*, muita, muita saudade do seu amor que era expresso por sorrisos verdadeiros e não irá se apagar da minha memória, até nos encontrarmos algum dia em algum lugar...

Ao meu pai Divino, que, com sua simplicidade, sempre me ensinou a ser honesta e humilde, um homem que sempre viveu para o árduo trabalho de cultivar a terra com as próprias mãos e de possuir um coração que é para todos.

À minha avó paterna (*in memoriam*) *Alzira*, um exemplo de fé e ternura, sempre rezava pela minha vida, meu eterno agradecimento.

A todos os meus familiares, sei o quanto se orgulham de minhas conquistas.

Aos educadores sociais, que cederam seu tempo e seu conhecimento e foram cruciais para a concretização deste trabalho. Seus relatos me trouxeram reflexões, esperança e a certeza da complexidade.

Ao gerente, gestora social e funcionários da LBV-Ribeirão Preto que participaram e contribuíram para que a pesquisa fosse realizada, muito obrigada.

À querida *Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld*, fica meu eterno agradecimento pelo carinho e compreensão que sempre recebi durante minha graduação.

Às *Profas. Dras. Maria Aparecida Tedeschi Cano e Profa. Dra. Elizabeth Regina Negri Barbosa*, que se dispuseram a participar de minhas bancas de qualificação e defesa. Obrigada por todas as contribuições que vocês trouxeram a este estudo.

Aos colegas do Mestrado, juntos vivenciamos momentos de alegria e dificuldades, construímos amizades e juntos vencemos.

Ao corpo docente do Mestrado, pelo profissionalismo e contribuição para meu conhecimento científico.

Aos diretores da Fundação PROMAR de Jardinópolis-SP, meu muito obrigada pela confiança, oportunidade e experiência que passamos juntos tantos anos.

Às crianças, adolescentes e famílias que conheci na prática do Serviço Social, fica meu respeito, amor e gratidão pelo carinho e afeto que sempre recebi de todos.

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

À minha orientadora e Profa. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque, minha eterna gratidão pelo carinho, compreensão e todo o conhecimento, mas muito mais que isso, me ensinou o verdadeiro sentido de que “tudo posso Naquele que me fortalece Fp 4: 13”!!! Há 10 anos, no Fórum do município de Jardinópolis, em um dia frio e chuvoso de inverno, busquei por sua ajuda e como sempre fui prontamente atendida, e ao conversarmos, mais uma vez, me fez refletir com a leitura das seguintes palavras, “Eu vos envio como ovelhas, no meio de lobos. Sede, pois, prudentes como as serpentes, e simples como as pombas Mt 10: 17”!!! Pronto, era tudo o que eu precisava ouvir no momento, carrego comigo esses ensinamentos até hoje na minha vida pessoal e profissional. Com doçura e sem perceber, ensina como Jesus ensinava!!! Muito obrigada por me ensinar o verdadeiro sentido da formação humana, ética e moral!!!

## **EPÍGRAFE**

*“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.”*

*(João 3. 16)*

## RESUMO

SILVA, C. A. Percepção dos educadores sociais da Instituição Legião da Boa Vontade de Ribeirão Preto sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes.

O presente estudo objetivou conhecer e analisar a visão dos educadores sociais da instituição Legião da Boa Vontade de Ribeirão Preto sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, e o instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, mediante questões norteadoras que foram aplicadas aos educadores. O referencial teórico pautou-se na Teoria da Complexidade de Edgar Morin que possibilita a compreensão dos sistemas através das relações dos saberes alicerçados no desenvolvimento da dinâmica da Proteção Integral, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, pressupondo apoio e inspiração em princípios das ciências contemporâneas que permitem e promovem um olhar e um pensar multidimensional. Os dados foram analisados mediante o Paradigma da Complexidade e a análise de conteúdo, cuja interpretação constitui-se na atribuição de uma significação mais ampla aos conteúdos analisados. Os resultados apontam a seguinte categoria: "Violência é um método de agredir que não funciona, não agrega nada" e duas (2) subcategorias: Abuso de força, espancamento ou algo relacionado a isso e Conversar sobre a questão. No eixo do conhecimento sobre os procedimentos legais e ações de proteção para a criança e adolescentes no Brasil, a categoria definida foi: "Eu não conheço assim ao certo quais são os procedimentos". Quanto a saber reconhecer se uma criança ou adolescente sofreu algum tipo de violência, apontou-se: "Ou eles se fecham muito ou eles se agitam muito".

**Palavras-chave:** Educador Social. Criança e Adolescente. Violência.

## ABSTRACT

SILVA, C. A. Perception of the Social Educators of the LBV Institution of Ribeirão Preto on the Question of Violence against children and adolescents.

The present study aims to know and analyze the view of the Social Educators of the LBV Institution of Ribeirão Preto on the issue of violence against children and adolescents. The methodology adopted is the qualitative approach and the instrument of data collection the semistructured interview, through guiding questions that were applied to the Educators. The theoretical framework is based on Edgar Morin's theory of complexity, which makes it possible to understand the systems through the relations of knowledge based on the development of the Dynamics of Integral Protection as recommended by the ECA, presupposing support and inspiration in principles of contemporary sciences that allow and Promote a multidimensional look and think. The data were analyzed through the Complexity Paradigm, and content analysis, whose interpretation constitutes the attribution of a broader meaning to the contents analyzed. The results point to the following categories, "Violence is a method of bullying that does not work, does not aggregate anything" and two (2) sub categories: Abuse of force, beatings or something related to it, Talk about the issue. In the axis of knowledge about legal procedures and protection actions for children and adolescents in Brazil, the defined category was: "I do not know for sure what the procedures are". As for recognizing whether a child or adolescent suffered any kind of violence, it was pointed out, "Either they close too much or they shake too much

**Keywords:** Social Educator. Child and Adolescent. Violence.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
LBV	Legião da Boa Vontade
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SEMAS	Secretaria Municipal da Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
CCAS	Centro Comunitário de Assistência Social
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i> (Biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros)
MAPREI	Método de Aprendizagem por Pesquisa Racional, Emocional e Intuitiva
EFC	Ensino Fundamental Completo
EMC	Ensino Médio Completo
SEAVIDAS	Serviço de atenção à violência doméstica e agressão sexual
SAICA	Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01: Características dos sujeitos participantes.

Tabela 02: Rede municipal de atendimento à criança vitimizada em Ribeirão Preto.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA</b> .....	24
2.1 HIPÓTESE .....	25
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	26
3.1 OBJETIVO GERAL.....	26
3.1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	26
<b>4 CASUÍSTICA E MÉTODO</b> .....	27
4.1 MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL.....	27
4.2 NATUREZA DO ESTUDO .....	30
4.3 LOCAL DO ESTUDO.....	31
4.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	36
4.6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS .....	37
4.7- ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA .....	38
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	40
5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DO ESTUDO.....	40
5.2. CATEGORIAS.....	41
5.2.1 VIOLÊNCIA É UM MÉTODO DE AGREDIR QUE NÃO FUNCIONA, NÃO AGREGA NADA .....	42
5.2.1.1. ABUSO DE FORÇA, ESPANCAMENTO OU ALGO RELACIONADO .....	45
5.2.1.2. CONVERSAR SOBRE A QUESTÃO .....	47
5.3. EU NÃO CONHEÇO ASSIM AO CERTO QUAIS SÃO OS PROCEDIMENTOS .....	49
5.4. OU ELES SE FECHAM MUITO OU ELES SE AGITAM MUITO .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59
<b>APÊNDICE I</b> .....	63
<b>APÊNDICE II</b> .....	64
<b>APÊNDICE III</b> .....	65
<b>APÊNDICE IV</b> .....	66
<b>APÊNDICE V</b> .....	67
<b>APÊNDICE VI</b> .....	68
<b>APÊNDICE VII</b> .....	69

## **APRESENTAÇÃO**

Eu me graduei em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, em dezembro de 2003.

Neste mesmo ano, através da minha participação no Congresso de Iniciação Científica –CONIC, fui coautora de um projeto de pesquisa que resultou na implantação em 2004 da Fundação PROMAR - Projeto Marcenaria da Música de Jardinópolis-SP, que tinha como objetivo atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social daquele município, atuei como assistente social junto a esta Fundação até janeiro de 2015.

Em fevereiro de 2015, ao ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto, optei por trabalhar com pesquisa qualitativa na área de concentração ensino em ciência da saúde, surgindo assim a oportunidade de estudar um tema relacionado à violência contra criança e adolescente.

Dentre os problemas que afligem a infância com impacto negativo no crescimento e desenvolvimento infanto juvenil, a violência é referida como grave problema de saúde pública que, em virtude da subnotificação evidenciada em dados estatísticos escassos e inconsistentes, demanda estudos que possibilitem a sensibilização e formulação de estratégias para enfrentamento e redução do agravo em nosso país.

Nessa premissa, norteadas por ações intersetoriais e horizontalizadas como princípios básicos para construção de novos saberes sobre a ótica da teoria da complexidade de Edgar Morin, selecionamos o cenário social reconhecendo a importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV na atenção com a criança que vai além da execução de ações socioeducativas. O trabalho interdisciplinar permitiu realizar a pesquisa com o objetivo de conhecer e analisar a percepção dos educadores sociais, que atuam na instituição Legião da Boa Vontade - LBV-Ribeirão Preto sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes, através de questionamentos sobre conhecimentos e atitudes do profissional frente aos casos suspeitos ou confirmados, em seu contexto de trabalho.

Esta dissertação apresenta inicialmente aspectos gerais da violência contra a criança e o adolescente, fatores relacionados com a identificação e sua dimensão, os serviços e a doutrina de proteção integral bem como os direitos de crianças e adolescentes, discorrendo ainda sobre o trabalho da rede de proteção social no tocante ao agravo. A segunda parte consiste no caminho metodológico percorrido e delineado para contemplar o objetivo do estudo, e a terceira uma análise sobre a Percepção dos Educadores Sociais sobre a Questão da Violência contra crianças e adolescentes em seu ambiente de trabalho.

Finalizando, apresentamos as considerações finais e recomendações no intuito de que o estudo contribua para melhorar o conhecimento e a compreensão dos educadores sobre a violência, os procedimentos legais e ações voltadas a essa questão, além de estimular a construção de futuros estudos sobre a temática.

Hoje atuo como assistente social há 2 anos e meio, no Centro Comunitário de Assistência Social - CCAS da LBV-Ribeirão Preto, que atende crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza.

Contudo, nessa trajetória aprendi que a concepção da criança compreende um ser biopsicossocial, e na prática com crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social e pessoal, aprendi a reconhecer o importante valor das pequenas coisas que cada ser humano traz consigo, seja ele um simples gesto, um olhar terno, ou até mesmo a beleza de um sorriso, cada ser com sua essência e com sua história de vida repleta de significados.

## 1 INTRODUÇÃO

Com a violência emergente na sociedade nos dias de hoje, é imprescindível buscar estratégias de prevenção, pois ao observarmos os números registrados referentes a ela, é fácil concluir que medidas de enfrentamento devem ser tomadas sob o risco de nós, ou de nossos familiares, sermos os próximos a engrossar as estatísticas sobre o fenômeno da criminalidade, sendo desalentador perceber que a participação do jovem nas ocorrências criminais tem crescido nitidamente.

Na sociedade atual globalizada, capitalista e cada vez mais competitiva, o tempo que os pais podem dedicar a seus filhos é escasso, o que faz aumentar ainda mais as responsabilidades das instituições sociais na formação geral de futuros cidadãos.

Urge a importância de se apropriar desse espaço de ensino, fazendo dele um ambiente para ampliar a consciência crítica de todos os educadores sociais, pais e infantes, valorizando a participação e a corresponsabilidade como instrumentos importantes à efetiva consolidação da democracia em nosso país.

O espaço institucional é lugar de atuação e socialização de crianças e adolescentes, ambiente privilegiado para a difusão do conhecimento e fortalecimento de vínculo dos mesmos.

A partir da década de 1990, com a promulgação da Lei nº 8.069/ 90 - ECA, este grupo etário passou a ser reconhecido como sujeito de direitos. Apesar de sua complexidade e das consequências advindas dos atos violentos, é importante destacar que a violência pode ser prevenida, ou seja, ela é potencialmente evitável e passível de intervenção.

Temos de reconhecer que os fatores socioeconômicos agem como facilitadores da violência, mas associar a violência apenas à pobreza e às classes menos favorecidas é uma forma de aumentar o preconceito e a discriminação em relação aos pobres, ou seja, esta é uma das mais perversas formas de associação, constituindo-se processo de dupla violência. Dados apontam que a violência contra crianças e adolescentes acontece em qualquer classe social, independente do credo, etnia ou cultura, no entanto, a visibilidade é maior nas classes populares, já que estas procuram por ajuda nos serviços públicos, o que proporciona um maior registro dos casos.

A violência tem se configurado como um problema mundial, presente em todas as sociedades, ao longo da história. Embora de natureza bastante complexa, um dos conceitos utilizados a considera como o uso da força física ou do poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (VELOSO, 2013).

Violência é aqui entendida como todo evento representado por relações, ações, negligências e omissões, realizada por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e ou espirituais a outrem. Constitui uma relação dinâmica entre vítimas e agressores, cujas raízes estão nas estruturas sociais, emocionais e políticas, bem como nas consciências individuais (ROQUE 2001).

No Brasil, somente na década de 1980, diante da crescente magnitude do evento na vida de crianças e adolescentes vitimizados, a violência passa a ser considerada grave problema de ordem pública. Desde então, os setores envolvidos com a infância e adolescência buscam alternativas de prevenção, identificação e enfrentamento para essa questão, com o objetivo de reduzir estatísticas que só ascendem, proporcionando o cuidado e proteção necessários às vítimas. A complexidade das diferentes formas de violências constitui a terceira causa de óbito da população em geral, sendo as principais responsáveis pelas mortes de indivíduos até 39 anos, no país (BRASIL, 2008a).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a violência como um problema de saúde pública (BRASIL, 2008a), no entanto, para Minayo (2006), a violência não é, em si, um tema da área da saúde, porém a afeta por ocasionar lesões, traumas físicos, emocionais e mortes, o que acarreta procura dos serviços de saúde.

No que tange à criança e ao adolescente, estes são vistos como propriedades dos pais, que, para educá-los, precisariam puni-los, ao cometerem erros. Dados do Ministério da Saúde, registrados pela Vigilância de Violência e Acidentes, indicam que a maioria das crianças e adolescentes vítimas de violência atendidas é do sexo feminino (59% e 78%, respectivamente) e sofreu agressão sexual (43,6% e 56,3%, respectivamente). Esses dados mostram, ainda, que 43% da violência contra criança foi praticada pelo pai e/ou mãe e 50% da violência contra o adolescente aconteceu na residência (BRASIL, 2008a).

Diferentemente das demais faixas etárias, na infância, os meninos correm menos riscos que as meninas de sofrerem infanticídio, abuso sexual, negligência e prostituição. Porém, em relação às punições físicas severas, os meninos são os mais atingidos (OMS,

2002), a violência contra crianças e adolescentes atinge em maior proporção indivíduos do sexo feminino (BRASIL, 2008).

Como agravante, os pais ou responsáveis pela criança, moldados pelo modelo educacional referido, a praticam dentro do ambiente familiar, geralmente encobertos em cumplicidade por outros adultos, e alimentados pelo medo que a criança vitimizada tem de denunciar o abusador.

A habilidade dos pais em cuidar de seus filhos depende enormemente da saúde e dos recursos internos dos pais; entretanto, também é influenciada por sua situação social. A pobreza, o desemprego crônico e a exposição a eventos traumáticos podem prejudicar sua habilidade de orientar e cuidar dos filhos (SALOMAN 2002, p.75).

O fato de a violência ocorrer dentro da família denuncia a fragilização familiar que poderia ser o referencial para o pleno desenvolvimento psicológico e social de seus membros. A violência rompe o vínculo de confiança básica para o desenvolvimento da vida em família, entrando na seara das relações familiares e seus significados. É no seio familiar que a criança e o adolescente nascem, crescem e se desenvolvem na certeza de que são construídos e dimensionados os valores, limites, educação e o sentimento de pertencimento.

A violência contra criança e adolescente compreende uma violência inerente às relações interpessoais, de nítido caráter abusivo e perpetrado pelo adulto. Pode ser considerada como originada no ciclo da violência que se consolida em comportamento adultocêntrico e hierárquico de uma sociedade, justificado pela pedagogia disciplinadora.

Entretanto, o Ministério da Saúde aponta que:

Reconhecer a violência como questão de saúde pública é mais que um avanço para o país. É sinal de que estamos atentos a uma problemática enraizada na sociedade contemporânea, pautada na complexidade das relações humanas (BRASIL, 2008a, p. 7).

Cabe ressaltar que a definição de violência sofre a influência de normas sociais, costumes naturalizados e dispositivos legais. Por isso, podemos dizer que a violência possui uma definição complexa que varia conforme a época, local ou circunstância em que ocorre (BRASIL, 2005). Nessa direção, a OMS definiu violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, outra pessoa, ou um grupo ou uma comunidade, podendo resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Em relação ao conceito da violência infantil, o Conselho de Prevenção contra o Abuso Infantil da OMS apresentou a seguinte definição:

O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (OMS, 2002, p.81).

Em acréscimo à classificação desenvolvida pelo Relatório da OMS (2002), existe a violência institucional exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão, podendo incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso a estes serviços, até à má qualidade dos mesmos (BRASIL, 2001b).

Minayo (2006) acrescenta, ainda, à classificação realizada pela OMS, a violência estrutural, referindo-se aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cronificam a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio de adultos sobre crianças e adolescentes, ressaltando que a maioria das violências referidas anteriormente tem sua base na violência estrutural. Evidencia, também, que este tipo de violência é difícil de ser quantificada, pois aparentemente ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, perpetuando-se nos micro e macroprocessos sócio-históricos, repetindo-se e naturalizando-se na cultura, sendo responsável por privilégios e formas de dominação. A violência é um processo que resulta de múltiplas causas com raízes históricas, culturais, econômicas e sociais, dentro deste contexto, está a violência doméstica que implica em dominação, exclusão e extermínio da pessoa, tirando sua liberdade física e aniquilando sua identidade moral (Roque 2001).

Os principais tipos de violência doméstica cometidos contra crianças e adolescentes são: violência psicológica que ocorre quando o adulto deprecia constantemente a criança, bloqueia seus esforços de autoaceitação, causando-lhe sofrimento mental, levando-a a construir ideias negativas sobre si e o mundo (MINAYO 2002, p.105).

A negligência é representada por uma omissão na hora de prover as necessidades emocionais e físicas de uma criança ou adolescente, como alimentação, saúde ou educação, quando se tem condições materiais e psicológicas para fazê-lo. Quando as famílias não possuem condições materiais e têm seu psicológico afetado por essas faltas, não se caracteriza como negligência familiar. São considerados atos de violência psicológica submeter a criança

ou adolescente a gritos, xingamentos, humilhações, isolamento do convívio social, racismo, homofobia e discriminações (MINAYO, 2002, p. 106).

Apontamos a violência, por um processo de naturalização, ou seja, é considerada normal e por isso muitas pessoas não a identificam como violência. Porém, ela possui efeitos diretos sobre a autoestima e o comportamento da criança ou adolescente. O Serviço Social da Instituição LBV de Ribeirão Preto observa diariamente inúmeros exemplos como descuido da higiene, ausência de promoção da saúde bucal, com notada perda de dentes, a falta de alimentação e vestimenta, privação de frequentar a escola regularmente ou ir ao hospital quando necessário, aos serviços de educação e saúde. Há também a falta de políticas públicas por parte do Estado.

A violência física, causadora de dor física, podendo se configurar num simples tapa ou até no espancamento fatal, violência física, maus-tratos, pode se apresentar das seguintes formas: tapas, surras ou espancamentos, queimaduras com bitucas de cigarro, água ou objetos quentes, outras lesões provocadas por objetos como cinta, vara, corda, dentre outros (MINAYO, 2002, p. 103).

Segundo Ferriani (2008, p. 117), a violência sexual é caracterizada por todo ato ou jogo sexual que envolva relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, com o objetivo de estimular sexualmente a criança ou adolescente, ou utilizar-se deles para obter estimulação própria. Nesse caso, a criança ou adolescente é usado para estimular ou satisfazer sexualmente uma pessoa em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais avançado. Pode acontecer de forma intra ou extrafamiliar, no primeiro é caracterizada como incesto e, no segundo, pode ser produzida por vizinhos, desconhecidos, funcionários públicos, entre outros. A violência sexual é dividida em dois tipos: sem contato físico por meio de telefonemas, abuso sexual verbal e exibicionismo e com o contato físico seguido de atos físico-genitais, pornografia e prostituição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei que cria condições de exigibilidade para os direitos da criança e do adolescente, que estão definidos no artigo 227 da Constituição Federal. A viabilização da proteção integral, isto é, da garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da integridade de todas as crianças e adolescentes, sem exceção alguma, deverá ser feita através da política de atendimento. Não podemos negar todo avanço que o ECA representa na história das políticas relacionadas à infância brasileira, significando um divisor na proteção a este segmento. Todavia, se considerarmos as discussões de renomados autores da área, fica evidenciado que sem investimentos nas políticas que subsidiam a

implementação do Estatuto (educação, saúde, segurança pública, lazer, entre outras), na prática não teremos mais que uma lei avançada, porém inaplicável, pois encontra limitações na realidade das instituições e até inconsistências nos fazeres profissionais. Neste sentido, potencializar o sistema de garantia, surge como alternativa para o enfrentamento de violações praticadas contra crianças e adolescentes.

As escolas estão inseridas no sistema de garantias devendo, pois, articularem-se com as demais instâncias, no intuito de aplicar os diplomas legais e de fazer funcionar os mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente (DIAS, 2014, p. 90). A escola é a representação da sociedade e, portanto, constituída de sujeitos pertencentes a diferentes classes, etnias, crenças e que vivenciam múltiplas realidades sociais, econômicas e culturais, congregando assim histórias de vida muitas vezes marcadas pela dor e sofrimento.

As diferentes mudanças na função social da escola, tornaram-na um local profícuo para a prevenção, identificação e enfrentamento de situações de violência contra a criança e o adolescente, que ocorram interna ou externamente, desde que seus profissionais tenham compromisso com a proteção e defesa daqueles que estão em busca de conhecimento, formação humana e possibilidade de inserção no mundo do trabalho.

É preciso, pois, definir condições de uma verdadeira construção da cidadania nas escolas, a partir de um trabalho permanente de humanização desses espaços voltados para o aprendizado. Faz-se necessário o investimento em políticas educacionais de qualidade que garantam os direitos dos adolescentes. Por isso, há que se denunciar as situações que ferem a dignidade humana ou as situações de “ofensas que nos destroem o ser” (FREIRE, 1996, *apud* PEDROZA, 2014, p. 174).

O ECA determina em seu Artigo 70 que “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990). Salienta-se que embora profícuas as obrigatoriedades previstas no ECA, como a de comunicação ao Conselho Tutelar, nos casos de maus tratos, faltas injustificadas, evasão, e elevados níveis de repetência, pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental. Obs.: O trecho está incompleto. O fato do artigo não contemplar as instituições de ensino médio, cria uma lacuna nas obrigações escolares, embora outro artigo contemple os totais direitos da infância e juventude apregoando: “é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (Art. 18 ECA 1993).

A escola pode postar-se como instituição primordial nesse processo, por meio de ações que visem apoiar e discutir direitos e deveres, formar opinião positiva sobre o aspecto formativo e coletivo, e ainda apoiar iniciativas que reforcem o controle da violência nos seus espaços e em família. A legislação é enfática e pontual no que concerne à questão dos direitos ali estabelecidos, porém muitas vezes não cumprido.

Ainda que políticas para crianças e adolescentes estejam presentes na agenda política e social dos vários níveis de gestão governamental, elas ainda são insuficientes para as mais de sessenta e uma milhões de pessoas que compõem as infâncias e adolescências brasileiras, com disparidades nacionais enormes, com crianças e adolescentes vivendo em situações de alta e altíssima vulnerabilidade, expostos pela sociedade de classes a vários tipos de violências decorrentes de posições econômicas precárias, desigualdades regionais, negação de direitos educacionais e de saúde física e mental entre outros, situações agravadas por condições de gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência, situação geográfica e de moradia. (Brasil, 2006, p. 8)

Todavia, as transformações sociais presentes nas alterações da base material da sociedade no século XX e na atual cena contemporânea, têm permitido uma maior consciência da sociedade civil organizada, com diferentes formas de participação no contexto sociopolítico, que tem garantido a essa população, a busca pela proteção integral e conseqüentemente a garantia dos direitos “à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária” a serem zelados por todos os atores sociais, representados pela família, sociedade e Estado, conforme explicitado no Art. 4º da Lei 8069/90 (BRASIL, 1990). Entretanto, resguardar tais direitos ainda é uma árdua tarefa, pois de acordo com estudo de Polleto (2012), a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) alteraram as funções e características das instituições, porém estas ainda se encontram insuficientes para atender às exigências do Estatuto. Além disso, os profissionais das instituições, de um modo geral, parecem não estar capacitados para tratar a criança e o adolescente como sujeitos das ações a eles dirigidas, continuando a vê-los como objetos (POLLETO, 2012).

É preciso, pois, definir condições de uma verdadeira construção da cidadania nas escolas, a partir de um trabalho permanente de humanização desses espaços voltados para o aprendizado. Faz-se necessário o investimento em políticas educacionais de qualidade que garantam os direitos dos adolescentes. Por isso, há que se denunciar as situações que ferem a

dignidade humana ou as situações de “ofensas que nos destroem o ser” (FREIRE, 1996, p.78)  
(PEDROZA, 2014. p. 174).

## **2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA**

A presente pesquisa expõe os reflexos de uma vivência de transformação, desafio de mudanças, contribuindo com avanços e progressos na área social e educacional, mais especificamente, no campo da atuação dos educadores.

Nesse contexto, destaca-se a ação humanitária e social da Legião da Boa Vontade que, desde 6 de abril de 1957, desenvolve, por meio de seu Centro Comunitário de Assistência Social, projetos e programas socioeducacionais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, para a sustentabilidade e para a inclusão social da população em situação de pobreza que contrasta com o desenvolvimento da cidade.

O campo dos estudos relacionados à violência vem alargando-se ao longo dos anos, são teorias, propostas de intervenções, conhecimentos cientificamente construídos que abordam a epistemologia do conhecimento e as metodologias que instrumentalizam a prática contra a questão da violência.

Precisamos nos ocupar com a qualidade do processo educativo, motivando os educadores para melhorar a abordagem da aprendizagem e a integração das crianças e adolescentes.

O papel do educador social é de vital importância no desenvolvimento das ações socioeducativas com crianças e adolescentes, ele é o organizador e mediador entre os infantes e o conhecimento. Sua ação é pautada em incentivar o diálogo, a reflexão, a cooperação, o respeito e a amizade entre as crianças e adolescentes durante as atividades, cuidar das relações, promover livre expressão, demonstrar confiança na capacidade de aprender da criança e enxergar cada um como sujeito de sua história. Cuidar das relações, criar um clima de colaboração e entusiasmo e fazer com que todos se sintam responsáveis pelo processo de aprendizagem. Pensar na organização da ação pedagógica é pensar nas relações que se estabelecem e na maneira como o educador percebe seu papel.

O educador engajado e preparado para receber capacitação irá enriquecer seus conhecimentos, proporcionando mudança no campo de atuação e acompanhando seu processo de aquisição dos conhecimentos.

O ser humano está condicionado a uma série de estímulos sociais, políticos, econômicos e culturais. A ação do educador está inserida em um contexto que determina muitas das suas intervenções. No entanto, ele pode romper condicionamentos e construir uma nova história. “As condições humanas são construções no tempo e no espaço, portanto, podem se fazer numa ou noutra direção.” (VASCONCELLOS, 2003, p. 24). Assim, o educador não pode ser objeto das decisões de outros, de uma lógica alienada, mas deve ser sujeito atuante nas discussões e transformações da prática educativa, respondendo por seus atos, construindo uma história. Nessa concepção, “o educador é um ativo participante do processo, construindo seu conhecimento e se constituindo em sujeito de sua prática”. (VASCONCELLOS, 2003, p. 25)

Dessa forma, justifica-se a importância de conhecer a percepção dos educadores sobre a questão da violência, cujos possíveis impactos no atendimento das crianças e adolescentes podem afetar as práticas educativas existentes no local.

Norteados por uma legislação de ações intersetoriais e horizontalizadas como princípios básicos para a construção de novos saberes relaciona-se o cenário social e educacional, reconhecendo assim a importância dos SCFV que vêm sendo prestados a toda a população que necessita. A intenção é que estudos enriqueçam e capacitem os profissionais ali inseridos e contribuam para melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

## 2.1 HIPÓTESE

A percepção que os educadores têm do fenômeno da violência contra criança e adolescente, guarda uma complexidade que é determinante na forma de suas interpretações dos fatores da violação dos direitos representados pela violência.

### **3 OBJETIVOS**

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer e analisar a percepção dos educadores sociais que atuam na instituição Legião da Boa Vontade (LBV) sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes.

#### 3.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil de educadores sociais da Instituição LBV;
- Criar um protocolo específico de capacitação aos educadores pertinente à identificação, à descrição, ao reconhecimento e às ações em casos de violência contra criança e adolescente detectados na instituição.

## 4 CASUÍSTICA E MÉTODO

### 4.1 MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL

Os estudos e pesquisas sobre a dimensão complexa da realidade têm início a partir de meados do século 20. A complexidade, nos dias de hoje, vem assumindo destaque justamente por estar sendo reconhecida pela ciência como uma propriedade inerente a todo e qualquer fenômeno biofísico cultural.

A pesquisa como tarefa de oferecer subsídios para o enfrentamento das questões primordiais é a que se justifica neste estudo, cuja relevância se coloca na reforma do pensamento para a religação de saberes, a conjugação do conhecimento científico com a multiculturalidade, a tomada de consciência da interdependência e retroação entre o homem e o meio ambiente, o que permite as reflexões sobre o ser e estar no mundo, individual e coletivamente, de maneira responsável, ética, crítica e criativa.

Utilizamos como suporte teórico a este estudo os fundamentos da teoria da complexidade, em (MORIN, 2005). Igualmente, a partir de métodos e obras referentes à educação, oriundas de educadores brasileiros que se debruçaram a fim de delinear o cenário relacionado à educação, em seus aspectos de fragmentação do saber.

O pensamento complexo se coloca como condição privilegiada para encarar o desafio de vislumbrar novas possibilidades que contemplem a complexidade do processo de educação, num mundo com características planetárias. Os novos caminhos para a educação pressupõem o apoio e a inspiração em princípios das ciências contemporâneas que permitam e promovam um olhar e um pensar multidimensional (MORIN, 2005).

Morin propõe-nos uma reforma do pensamento por meio do ensino transdisciplinar, capaz de formar cidadãos planetários, solidários e éticos, aptos a enfrentar a abrangência deste milênio. Está preocupado com a elaboração de um método capaz de apreender a complexidade pelas artes e ciências. O ideal que o levou a construir seu método era a possibilidade de uma nova tomada de consciência, que o levasse a resgatar a sabedoria do cotidiano da simplicidade das pessoas e das relações. Não entendia e nem admitia a ideia de

que a ciência torna o homem sábio, uma vez que utiliza dados da realidade dos seres humanos para produzir e para determinar direções, estabelecendo o que é certo ou não. No entanto, a complexidade está na simplicidade do cotidiano e no rigor do pensamento científico.

A teoria da complexidade está presente em todas as formas de manifestação da vida e em todas as espécies. Esta teoria estuda a organização abstrata de fenômenos, independentemente de sua formação, investiga todos os princípios comuns a todas as entidades complexas e modelos que podem ser utilizados para sua descrição.

Em suas manifestações, pedia sempre mudança de olhar na construção da ciência, alertando que a inteligência da complexidade deve ser construída, é um caminho a ser feito nesta religação deliberada e exigente da ciência e da consciência complexa, ou seja, o grande desafio ao convidar a sociedade a refletir sobre a complexidade nos convoca de maneira urgente ao exercício dessa inteligência, o bom uso da razão nas questões humanas.

O pensamento complexo não é o oposto ao pensamento simplificado, mas sim o incorpora. O paradigma da complexidade pode, inclusive, ser descrito de modo tão simples quanto o da simplicidade, enquanto o último impõe separar e reduzir, o da complexidade preconiza reunir, ainda que se possa distinguir. Devem ser articulados os princípios de ordem e desordem, de separação e união, de autonomia e dependência, que às vezes são complementares, concorrentes e antagonicos. Pensamento complexo é essencialmente o pensamento que incorpora a incerteza e é capaz de conceber a organização. “Ele é capaz de contextualizar e globalizar, mas pode, ao mesmo tempo, reconhecer o que é singular e concreto” (MORIN, 2007, p.76). É um constante vai e vem entre certezas e incertezas, entre o elementar e o geral, entre o separável e o inseparável. Não se trata de abandonar os princípios da ciência clássica, mas de integrá-los de um modo mais amplo e rico (MORIN, 2007).

Em suas obras, Morin busca evidenciar a importância da composição de saberes, do constituir-se em relação ao próprio contexto e o estar no mundo, percebendo que o todo é maior que a soma das partes. A humanidade traz a característica da multiplicidade conjugada com a empatia e a identificação com o cosmos. Para o autor, todos devem buscar o conhecimento e, através deste, a evolução.

Os estudos e pesquisas sobre a dimensão complexa da realidade têm início a partir de meados do século 20. A complexidade, nos dias de hoje, vem assumindo destaque justamente por estar sendo reconhecida pela ciência como uma propriedade inerente a todo e qualquer fenômeno biofísico cultural.

A pesquisa como tarefa de oferecer subsídios para o enfrentamento das questões primordiais é a que se justifica neste estudo, cuja relevância se coloca na reforma do pensamento para a religação de saberes, a conjugação do conhecimento científico com a multiculturalidade, a tomada de consciência da interdependência e retroação entre o homem e o meio ambiente, o que permite as reflexões sobre o ser e estar no mundo, individual e coletivamente, de maneira responsável, ética, crítica e criativa.

O pensador julga necessário desenvolver um novo paradigma de pensar capaz de produzir uma compreensão mais alargada, uma compreensão complexa. Para compreender a incompreensão, gerada pelo paradigma do conhecimento moderno, em nível de ideias, um conhecimento comum dos mesmos fatos e dados não basta para a compreensão mútua. Os paradigmas que determinam os modos de pensamento e as visões de mundo são incapazes de compreender uns aos outros. As concepções de mundo excluem-se entre elas e evidentemente umas não veem mais do que os erros e ilusões das outras. Existem paradigmas que elucidam parcialmente, mas cegam globalmente, assim como o paradigma cognitivo que dominou o conhecimento ocidental e impôs a separação e a redução para conhecer, impedindo a concepção de um conhecimento que liga o local ao global e o elemento ao sistema do qual faz parte (MORIN 2007).

O princípio de redução, que reduz um todo complexo a um dos seus componentes que tira do contexto, produz a incompreensão de tudo aquilo que é global e fundamental. O princípio de disjunção alia-se ao princípio de redução para impedir a concepção dos vínculos e da solidariedade entre os elementos de uma realidade complexa, produzindo igualmente a invisibilidade do global e do fundamental.

O autor sugere, como caminho para enfrentar este desafio, a necessidade de reformar o pensamento. A sua proposição é produzir um pensamento capaz de contemplar a complexidade do mundo e da diversidade da condição humana, abarcando a multidimensionalidade de sete saberes, ligando os conhecimentos, potencializando, assim, a compreensão e a realização de ações solidárias e éticas.

O primeiro saber é sobre as cegueiras do conhecimento – o erro e a ilusão: deve-se valorizar o erro enquanto instrumento de aprendizagem, pois não se conhece algo sem primeiro cair nos equívocos ou nas ilusões. O segundo saber se relaciona ao conhecimento próprio, a unir os mais diversos campos do conhecimento para combater a fragmentação; assim, a educação deve deixar a contextura, o universal, as diversas dimensões do ser humano e da sociedade, e as estruturas complexas bem claras. O terceiro saber é ensinar a condição

humana, transmitir ao aluno que o homem é um ser multidimensional. Assim, a pedagogia do amanhã necessita, antes de tudo, privilegiar a compreensão da natureza do ser humano, ele também um indivíduo fragmentado. O quarto saber aponta que é fundamental conhecer o lugar no qual se habita, suas necessidades de sustentabilidade, a variedade inventiva, os novos implementos tecnológicos, os problemas sociais e econômicos que ele abriga. O quinto saber indica a urgência de enfrentar as incertezas que partem da certeza da existência de dúvidas na trajetória humana, pois, apesar de todo o progresso da humanidade, não é possível, ainda, prever o futuro, uma região nada previsível, a qual desafia constantemente o homem. O sexto saber defende que se deve ensinar a compreensão, fator indispensável na interação humana; ela deve ser instaurada em todos os campos de ação do cotidiano escolar. O sétimo saber é a ética do gênero humano, correspondente à antropoética, a qual defende que não devemos querer para outrem aquilo que não desejamos para nós mesmos, como já pregava Jesus Cristo.

#### 4.2 NATUREZA DO ESTUDO

Esta pesquisa se estabelece como pesquisa estratégica:

A pesquisa baseia-se nas teorias das ciências sociais, mas orienta-se para problemas que surgem na sociedade, ainda que não preveja soluções práticas para os problemas. Ela tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade. Seus instrumentos são os da pesquisa básica, tanto em termos teóricos como metodológicos, mas sua finalidade é a ação (MINAYO, 2006, p.26).

Essa ideia possibilita compreender a realidade e adequação aos objetivos propostos. O importante é criar uma relação dinâmica entre o atual cenário e os atores sociais. Para análise dos dados, optamos pela abordagem qualitativa, com interesse em entender a problemática da violência e verificar a compreensão dos profissionais, buscando delinear nas ciências sociais caminhos para a construção de conhecimentos, uma vez que refletimos sobre a experiência da atuação profissional e visamos a um melhor entendimento dos educadores sobre a mesma, ampliando a percepção acerca dos diversos aspectos que envolvem o tema, mas também de ultrapassar limites de possíveis interpretações e mudanças de comportamentos, respeitando sua autonomia pautada na ética profissional.

#### 4.3 LOCAL DO ESTUDO

A cidade de Ribeirão Preto, local da instituição, está localizada a 325 quilômetros da capital paulista e é conhecida como a capital do agronegócio, foi fundada em 19 de junho de 1856, se desenvolveu graças à cultura do café, base econômica do Brasil Colonial durante o século 19, muito por conta da chamada "terra roxa", apropriada para o cultivo do grão. Ribeirão Preto se constitui num polo de atração das atividades comerciais e de prestação de serviços, cuja área de influência extrapola os limites da própria região de governo, estendendo-se para as regiões de Franca, Barretos, São Carlos, São João da Boa Vista e outras do próprio Estado de São Paulo e de outros Estados. Segundo dados do (IBGE 2016), a população do município de Ribeirão Preto é de 674.405 mil habitantes.

A Secretaria Municipal da Assistência Social coordena a Política Municipal da Assistência Social, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, n. 8.742/93, que garante à população todos os direitos civis. A SEMAS desenvolve programas e serviços socioassistenciais, sendo que para tanto o município foi dividido em cinco regiões quais sejam, Região Central e Sul CRAS 1 e CRAS 1.1 Bonfim Paulista, Região Norte CRAS 2, Região Noroeste CRAS 3, Região Nordeste CRAS 4, Região Sudeste CRAS 5.

O município ainda conta com os serviços do CREAS 1, 2, 3 que realizam atendimentos descentralizados e especializados, no seguinte endereço: rua Augusto Severo, 819 casa 1, bairro Vila Tibério. Os serviços desenvolvidos pelos CREASs pautam-se na Proteção Social Especial que desenvolve ações voltadas para a proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus-tratos, violações físicas e psíquicas, discriminações sociais e infringências aos direitos humanos e sociais. Os Serviços de Proteção Social Especial estão divididos de acordo com os níveis de complexidade exigidos na ação: Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Tabela 02: Rede municipal de atendimento à criança e ao adolescente vitimizado em Ribeirão Preto.

ÁREA	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
SEMAS	CREAS 1	RUA AUGUSTO SEVERO, 819	36116000
	CREAS 2	RUA LEONOR DOMICIANO GUIMARÃES, 201	39632211
	CREAS 3	RUA EGÍDIO BACALA, 165	39653974
CONSELHO TUTELAR	1	RUA MARIANA JUNQUEIRA, 1.019	36359449
	2	RUA RIO DE JANEIRO, 167	39632211
	3	RUA 1º DE MAIO, S/N	39190090
HC-RIBEIRÃO PRETO	SEAVIDAS	RUA ELISEU GUILHERME, 892	36102282
ACOLHIMENTO	SAICA	RUA GENOVEVA ONOFRE BARBAN, 851	39758922

Fonte: [www.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br)

As instituições contam com os serviços de um Conselho Municipal da Assistência Social e um Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A cidade possui três Conselhos Tutelares com atendimentos descentralizados e regionalizados para toda a população. Possui um sistema integrado em rede, que atende as questões afetas à infância e juventude no foco da violência, e/ou outras como delegacias de polícia, Ministério Público e Poder Judiciário com Vara específica.

Os serviços desenvolvidos pelos CRAS que promovem a proteção social básica do município têm como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social. Os atendimentos focam o desenvolvimento de serviços,

programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

A SEMAS proporciona o desenvolvimento e bem-estar a todo cidadão ribeirão-pretano, pois parte dessa população enfrenta dificuldades com relação ao nível social, econômico, cultural e educacional.

O município possui 14 centros de convivência da Criança e do Adolescente, ligados ao Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social, visa ao atendimento à criança e ao adolescente na faixa etária de 6 a 17 anos e 11 meses, no contraturno escolar, oferecendo-lhes atividades socioeducativas complementares à escola, em atividades diárias nas áreas de esporte, cultura, lazer e cidadania.

Ribeirão Preto conta com 14 Organizações Governamentais e 20 Não Governamentais com serviços destinados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Art. 6º As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área. (BRASIL, 1993)

O local deste estudo inserido no Sistema de Assistência Social é a Instituição LBV – Legião da Boa Vontade situada na região urbana e central do município de Ribeirão Preto, seu território de abrangência é o CRAS 1. Atual endereço é rua Rio de Janeiro 383, telefone: 16-3610-0006, bairro Campos Elíseos, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A LBV foi fundada em 01/01/1950 pelo poeta e radialista Alziro Zarur (1914-1979).

É uma instituição social cível de direito privado reconhecida no Brasil e no exterior pelo seu trabalho nas áreas da assistência social e educação. A instituição atua em prol de famílias em situação de vulnerabilidade social, somando auxílio material e os valores da espiritualidade ecumênica. Seu atual presidente é José Paiva Netto, jornalista e escritor.

A missão da LBV é promover Desenvolvimento Social e Sustentável, Educação e Cultura, com Espiritualidade Ecumênica, para que haja Consciência Socioambiental, Alimentação, Segurança, Saúde e Trabalho para todos, no despertar do Cidadão Planetário.

A abrangência das ações e a excelência na atuação permitiram que a LBV se tornasse a primeira organização brasileira da sociedade civil a associar-se, em 1994, ao Departamento de Informação Pública (DPI), das Nações Unidas, e a conquistar, na ONU, em 1999, o *status* consultivo geral no Conselho Econômico e Social (Ecosoc). Em 2000, a instituição passou a integrar a Conferência das Organizações Não Governamentais com Relações Consultivas para

as Nações Unidas (Congo), em Viena, na Áustria. Pelo reconhecimento ao trabalho desenvolvido nas áreas da educação e da assistência social e à contribuição em outros campos da atuação humana, entre os quais os da comunicação, da cultura, da ciência, dos direitos humanos, da ecologia e do empreendedorismo, a LBV tem recebido diversos prêmios.

O Centro Comunitário de Assistência Social da LBV de Ribeirão Preto - CCAS, funciona de 2ª a 6ª feira das 07:30 às 17:30, no contraturno escolar, sendo que o atendimento no período da manhã é de 93 crianças e à tarde 112. A inserção da criança junto à instituição é realizada pela assistente social que utiliza os critérios descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e nas informações técnicas referentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O artigo 226 da Constituição Federal de 1988, contempla em seu caput e no parágrafo 4º:

A família, base da sociedade tem especial proteção do Estado...

Parágrafo 4º: Entende-se também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Os beneficiários do serviço são famílias monoparentais que se encontram em situação de pobreza, geralmente referenciadas pelos CRAS, Conselho Tutelar, ou demanda espontânea, famílias estas, composta por mães e filhos, com renda de até dois salários mínimos, sendo que setenta por cento delas possuem ensino fundamental incompleto, vivem de subempregos, ou não possuem renda para seu sustento.

Hoje o CCAS conta com uma equipe formada por assistente social, gestora social, auxiliar administrativo, educadores sociais, serviços gerais, manutenção, porteiro, cozinheira e auxiliar de cozinha.

A ação humanitária, social e educacional, se desenvolve por meio de seu Centro Comunitário de Assistência Social, e os trabalhos são pautados em projetos e programas socioeducacionais que contribuem para melhoria da qualidade de vida, sustentabilidade e inclusão social de seus usuários.

O SCFV destaca-se pelos programas Criança Futuro no Presente que atende crianças de 06 a 15 anos. O projeto se constitui dentro do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As crianças frequentam o programa em período inverso ao escolar. As atividades contribuem para prevenir o isolamento e situações de violação de direitos e para ressignificar vivências prejudiciais ao desenvolvimento integral, bem como propiciar experiências favorecedoras de sociabilidades e na prevenção de situações de vulnerabilidade social. O Programa também

oferece uniforme, kit de material escolar e três refeições diárias como café da manhã, almoço e café da tarde, acompanhamento social e técnico, quando identificado.

As oficinas desenvolvidas são de convivência, formação para Cidadania Ecumênica e para a participação do desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças, a partir de interesse, demandas e potencialidades dessa faixa etária, fortalecendo a convivência familiar e comunitária, para a garantia de direitos sociais. As intervenções são pautadas em experiências lúdicas, culturais e artísticas como formas de expressão, interação aprendizagem e proteção social.

A proposta pedagógica do educador Paiva Netto utilizada no local é a Pedagogia da Boa Vontade, que busca desenvolver na criança habilidades investigativas, racionais e intuitivas, por meio do incentivo à pesquisa e do aprofundamento de temas como fatores primordiais para a construção do conhecimento. Nesta consecução, para a realização das atividades do projeto, é utilizada tal proposta mediante o método denominado MAPREI Método de Aprendizagem por Pesquisa Racional, Emocional e Intuitivo cuja metodologia especifica-se mediante as etapas:

1ª etapa: Identificação do Conteúdo. Palavra-chave: Mobilização (Busca da bagagem espiritual/cultural do educando);

2ª etapa: Busca Individual do Conhecimento. Palavras-chave: Intuição e Pesquisa (Apontando e desenvolvendo o caminho intuitivo);

3ª etapa: Socialização do conhecimento Palavras-chave: Mediação e Aprofundamento do tema (Reforço ao exercício da Solidariedade);

4ª etapa: Conclusão. Palavra-chave: Produção (Trabalhando a Cidadania Ecumênica);

5ª etapa: Apresentação de Resultados. Palavras-chave: Integração: Escola/Família/Comunidade (Fortalecendo a soma: bagagem espiritual + bagagem intelectual = evolução e crescimento do grupo); e

6ª etapa: Conclusão Individual. Palavra-chave: Internalização (retorno ao indivíduo) (Conquistando a autoestima altruística).

[...] um mundo menos terrível, menos cruel, podemos esperar uma humanização, podemos humanizar e civilizar nossa Terra. Tudo isso pressupõe, ainda, a religação. Ela é uma necessidade vital para o pensamento, para o desabrochar dos seres humanos, que precisam de amizade e de amor e que, sem isso, definham e se amarguram" (MORIN, 2001, p. 53).

O MAPREI, enquanto metodologia, se apresenta como ferramenta facilitadora no imenso desafio de formar educandos e cidadãos mais fraternos, o que não significa dizer desprovido de senso crítico ou despreparado para enfrentar um mundo repleto de riscos e reverses, conforme afirma o educador Paiva Netto.

Este método pode ser aplicado em qualquer tipo de atividade educacional, em quaisquer faixas etárias, uma vez que não dimensiona o estudante somente pelo papel de receptor de informações. O educando é visto, muito além disso, como protagonista do processo de aprendizagem, que resulta de um conjunto de ações individuais e em grupo, englobando a busca, a reflexão e o amadurecimento do saber. Na metodologia para aplicação da Pedagogia do Afeto o enfoque é sobre as crianças de até 10 anos de idade, aliando sentimento ao desenvolvimento cognitivo dos pequeninos, de forma que carinho e afeto permeiem todo o conhecimento e os ambientes de suas vidas, incluindo o escolar, e a Pedagogia do Cidadão Ecumênico é direcionada à educação de adolescentes e adultos, dispondo o indivíduo a viver a Cidadania Ecumênica, firmada no exercício pleno da Solidariedade planetária.

O MAPREI é utilizado para a sistematização e contextualização da busca de fatos/conteúdos obtidos, a partir de inúmeras origens, valorizando-se a fonte interior, isto é, o conhecimento anterior da criança, além de contribuir para sua sociabilidade e autonomia, possibilitando assim a transmissão do conhecimento adquirido, bem como o contato com opiniões variadas acerca de quaisquer temáticas.

#### 4.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O presente estudo tem como população 10 educadores sociais da Instituição LBV de Ribeirão Preto.

Para a definição da amostragem na pesquisa qualitativa, é importante se perguntar “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado” (MINAYO, 2002), por isso, a mesma não se baseia em critérios numéricos para garantir a sua representatividade.

Assim consideramos como critérios de inclusão, para participação na pesquisa, sujeitos com vínculos junto ao campo de estudo e contato direto com crianças e adolescentes.

#### 4.5 COLETA DE DADOS, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Após a aprovação por parte do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) em seres humanos da Universidade de Ribeirão Preto, a coleta de dados foi feita junto aos educadores, sendo que esta ocorreu de forma individualizada, sendo informado, em linguagem clara e acessível sobre

os objetivos da pesquisa, o caráter voluntário da mesma e as questões éticas envolvidas. Ao educador que aceitou participar da pesquisa, foi esclarecido quanto ao sigilo da mesma, mediante ciência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice II).

Utilizamos como instrumento de coleta dos dados a entrevista semiestruturada, contendo três perguntas abertas ou questões norteadoras.

A entrevista semiestruturada caracteriza-se por utilizar questionamentos básicos, apoiados em pressupostos que interessam à pesquisa, e oferecem amplo campo de interrogativas, decorrente de novos pressupostos que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 2009).

As questões foram as seguintes:

- 1- O que você entende por violência contra criança e adolescente? Qual o significado? Como educador você tem alguma ação voltada a esta questão?
- 2- Você conhece os procedimentos legais e as ações de proteção para com a criança e adolescente vitimizados, na realidade brasileira? Quais são eles?
- 3- Sabe reconhecer se uma criança ou adolescente sofreu algum tipo de violência? De que maneira?

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

A coleta de dados ocorreu com a aplicação da entrevista gravada na própria LBV de Ribeirão Preto, durante o período das reuniões técnicas previamente agendadas. As 10 entrevistas foram gravadas em aparelho MP4 e, posteriormente, transcritas na íntegra, sendo cada indivíduo identificado pela letra E correspondente à palavra educador e o número em algarismo arábico subscrito correspondente à sequência de coleta (E1, E2...).

Para tanto, a utilização da entrevista como método de coleta de dados enriquece a pesquisa qualitativa, pois oferece todas as perspectivas possíveis para que o pesquisado alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias.

#### 4.6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Com relação à análise, foram observados e analisados mediante o paradigma da teoria da complexidade os núcleos de sentido abstraído das falas dos educadores entrevistados, os dados brutos da entrevista aberta receberam tratamento, tendo como base na análise de conteúdo,

buscando conhecer o que está por trás das palavras, ou seja, a superação da incerteza com intuito de perceber se o que se vê realmente está contido na mensagem, e o enriquecimento da leitura. Esta técnica possibilita a compreensão dos significados da interpretação da realidade do grupo estudado, que muitas vezes se encontra obscuro o processo de decomposição das falas para posterior categorização do fenômeno.

#### 4.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto foi registrado na Plataforma Brasil <http://aplicacao.saude.gov.br/plataforma-brasil/login.jsf> para posterior submissão ao Comitê de Ética da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), aprovado sob nº CAAE 51133115.90000.5498).

A abordagem junto aos educadores e os dados coletados para desenvolvimento da pesquisa estão pautados nas normas contidas na Resolução nº466/12 “Sobre pesquisa envolvendo seres humanos”, e ainda com observação da Resolução nº510/16. Foi garantida aos participantes a informação em linguagem clara e acessível, sobre os objetivos e procedimentos adotados na pesquisa, bem com informados sobre o sigilo e a possibilidade de desistência da mesma em qualquer momento.

##### Avaliação dos riscos e benefícios:

Os riscos na coleta de dados, mediante entrevistas semiestruturadas junto aos educadores sociais em suas práticas sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes, envolveram risco mínimo de acordo com a Legislação Brasileira em relação à Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, pois seus métodos de pesquisa não utilizaram nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas ou sociais desses educadores que participaram do estudo. As possíveis exposições das informações, exposição da imagem, exposição de informações pessoais, ato de responder a uma questão específica ou ser abordado em uma entrevista possuem alguns riscos aos sujeitos, uma vez que puderam causar constrangimentos. Os riscos deste estudo são inerentes aos projetos dessa natureza, mas foram realizados com a observância das normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, obedecendo às normas de biossegurança e guardando o sigilo ético, podendo-se afirmar que os riscos foram mínimos.

Os benefícios da pesquisa na entrevista semiestruturada é que esta faz permissões mais amplas de acesso junto aos pesquisadores, tais como pensamentos e intenções, observando-se

aspectos não verbais, e toda uma gama de gestos e expressões que melhor qualificam as respostas, cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi relatado. Os benefícios com o desenvolvimento deste estudo constituem uma importante contribuição ao conhecimento e análise da visão dos educadores sociais que realizam seu trabalho junto à Instituição LBV, verificando-se suas práticas sobre a questão da violência, o que enseja uma série de benefícios ao universo de crianças e adolescentes no que concerne à violência, podendo influenciar pautas nacionais.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante os dados coletados, caracterizamos os sujeitos do estudo, os(as) educadores(as) sociais da Instituição LBV de Ribeirão Preto.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DO ESTUDO

TABELA 1: Características dos sujeitos participantes.

EDUCADOR	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	FORMAÇÃO	OCUPAÇÃO
E1	33	M	EMC	TÉCNICO INFORMÁTICA	EDUCADOR DE INFORMÁTICA
E2	32	F	EMC	CURSANDO SERVIÇO SOCIAL	GESTORA SOCIAL
E3	25	M	SUPERIOR	PEDAGOGIA	EDUCADOR SOCIAL
E4	25	F	SUPERIOR	PEDAGOGIA	EDUCADOR SOCIAL
E5	29	F	SUPERIOR	PEDAGOGIA	EDUCADOR SOCIAL
E6	33	F	SUPERIOR	PEDAGOGIA	EDUCADOR SOCIAL
E7	48	F	EMC	ENSINO MÉDIO	COZINHEIRA
E8	28	F	EFC	CURSANDO ENSINO MÉDIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
E9	25	M	SUPERIOR	EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCADOR FÍSICO
E10	25	M	EMC	ENSINO MÉDIO	EDUCADOR DE CAPOEIRA

Foram entrevistados 10 integrantes do quadro funcional da Instituição LBV, sendo uma gestora social, uma cozinheira, uma auxiliar de serviços e sete educadores. Dentre os

entrevistados, seis são do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com idade superior a 25 anos e todos residentes em Ribeirão Preto. Cinco dos educadores possuem ensino superior e os outros, ensino médio. Participaram profissionais que, de alguma forma, estão inseridos no contexto da instituição, cuja complexidade e atuação estão além do espaço da sala de atividade, compreendendo que a responsabilidade e o compromisso com as crianças e adolescentes não estão limitados ao educador social, mas estende-se a todos que, no âmbito da LBV, participam do convívio, formação e integração dos infantes na sua educação, constituindo-se, portanto, todos(as) como educadores(as).

## 5.2 CATEGORIAS

A análise qualitativa dos dados foi feita após leitura exaustiva dos relatos das entrevistas realizadas, evidenciando-se as seguintes categorias empíricas e subcategorias.

No eixo temático do entendimento da violência contra a criança e adolescente e seu significado, e possível ação do educador(a) para a questão, emergiu: uma (1) categoria.

**1-"Violência é um método de agredir que não funciona, não agrega nada"**e duas (2) subcategorias:

- **Abuso de força, espancamento ou algo relacionado a isso**
- **Conversar sobre a questão**

No eixo do conhecimento sobre os procedimentos legais e ações de proteção para a criança e adolescentes no Brasil, a categoria definida foi:

**2-"Eu não conheço assim ao certo quais são os procedimentos"**

Quanto a saber reconhecer se uma criança ou adolescente sofreu algum tipo de violência apontou-se:

**3-"Ou eles se fecham muito ou eles se agitam muito"**

Elaboramos, a seguir, a análise de conteúdo dessas categorias e subcategorias:

### 5.2.1 Violência é um Método de Agredir que não Funciona, não Agrega nada

A categoria expressa, traz como primeiro foco o entendimento da violência como uma questão de método, palavra que provém do termo grego *méthodos* (caminho ou via) e que se refere ao meio utilizado para chegar a um fim. O seu significado original aponta para o caminho que conduz a algures. Tal significado também evoca a questão dos modelos. Para Gouveia Jr. (1999), um modelo define-se como bom ou mau expressando-se:

Quanto maior o seu uso prático (valor de uso), possibilidade de previsão (valor preditivo) e similaridade com o fenômeno proposto (valor de face) melhor ele será considerado. Em resumo, podemos dizer que um modelo é bom quando funciona para os fins propostos

A categoria acena para a "não funcionalidade" no entendimento de violência enquanto método, não colocando a criança como vítima e não evidenciando gravidade, prejuízos, ausência de proteção e tampouco o seu reconhecimento como problema social e de saúde. Observa-se, ainda, na fala dos(as) entrevistados(as) a colocação da violência como algo simples, conforme aponta E6. “ A violência contra a criança e os adolescentes entra das mais simples como agressões físicas, ameaças, abusos até os domésticos E6”.

Tal percepção que coloca a violência como uma ocorrência simples demonstra pouco entendimento, na medida em que o fenômeno da violência evoca alto nível de complexidade cujos efeitos podem ser extremamente lesivos a crianças e adolescentes, prejudicando, entre outros, seu desenvolvimento humano. Não contemplamos na fala dos (as) entrevistados (as) a magnitude da violência contra crianças e adolescentes. Desta forma, não atribuem à violência nenhum significado contido nas suas definições enquanto uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002), e/ou mesmo a tipologia proposta pela OMS (KRUG et al., 2002) que indica três grandes categorias de violência que correspondem às características daquele que comete o ato violento. Seriam: a violência coletiva que inclui os atos violentos que acontecem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos e caracterizam a dominação de grupos e do Estado. Nessa categoria estão os crimes cometidos por grupos organizados, os atos terroristas, os crimes de multidões, as guerras e os processos de aniquilamento de determinados povos e nações; a violência autoinfligida, subdividida em comportamentos suicidas e os autoabusos. No primeiro caso, a

tipologia contempla suicídio, ideação suicida e tentativas de suicídio. O conceito de autoabuso nomeia as agressões a si próprio e as automutilações; a violência interpessoal, subdividida em violência comunitária e violência familiar, que inclui a violência infligida pelo parceiro íntimo, o abuso infantil e abuso contra os idosos. Na violência comunitária, incluem-se a violência juvenil, os atos aleatórios de violência, o estupro e o ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos. Distinguem-se os modos por negligência física, psicológica e sexual.

Salientamos que, de acordo com a OMS (WHO, 2014), na população de 15 a 44 anos, a violência é a quarta causa de mortalidade no mundo, sendo que a violência contra a criança e/ou adolescente, considerados o fator crescimento e o desenvolvimento, pode levar a alterações no plano físico, psicológico, cerebral e de comportamento.

Considerado nosso objeto de estudo, e o Paradigma da Complexidade, tomado como referência em Edgar Morin, esta categoria acena com distintos elementos de percepção da violência que devem ser analisados como um desafio. Morin (2002) considera a complexidade como um desafio e não uma solução, propõe a reunião dos diferentes aspectos da realidade, sua religação, o reconhecimento dos limites do conhecimento e das incertezas, buscando a multidimensionalidade do real.

Tal leitura da categoria ora expressa, ilustra o lugar social ao qual a criança está colocada, enquanto sujeito ideologicamente considerado como objeto de métodos que possam trazer algum tipo de "agregar", sendo que este da violência não agregaria, situando a criança ou o adolescente como desprovido de capacidade, conforme denota o conteúdo da fala a seguir: "Eu entendo que a violência contra criança e adolescente, no meu ponto de vista é um método que não funciona, não agrega nada." E10

Percebemos que, embora a definição de violência contra criança ou adolescente, em princípio, pareça óbvia, trata-se de um conceito polissêmico que envolve controvérsias. Pode-se afirmar que existem muitas definições de violência coincidentes e divergentes entre si. Por ser um fenômeno complexo e multicausal que atinge todas as pessoas e as afeta emocionalmente, a violência foge a qualquer conceituação precisa e cabal (MINAYO, 2006). "Bom, o que eu entendo como violência é que não devemos maltratar as crianças, a melhor maneira de tratá-las é colocá-las de castigo." E8

Muitas vezes, não há falta de boa vontade, interesse e sensibilidade, mas atesta-se uma falta de orientação e formação desses profissionais no que se refere a questões normativas e não normativas do desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. Infelizmente, é preciso também destacar que existem educadores que têm comportamentos de violência para com as crianças, as agredem verbalmente ou assumem práticas coercitivas, baseados em uma relação hierárquica desigual de poder.

Salientamos que algumas perspectivas teóricas têm fundamentado as análises e investigações no campo empírico da violência, a questão que subjaz às divergências conceituais é que, para dimensionar, compreender e prevenir a violência, é importante verificar sua prevalência e incidência, o que depende, obviamente, do uso conceitual do fenômeno sob investigação, o que não contemplamos no presente estudo. A categoria expressa necessidade de que haja uma ampliação do conhecimento e visão dos educadores pesquisados, no que concerne ao tema da violência, bem como a outros que são bastante ligados a ele como o tema da educação, do conhecimento e da complexidade humana. Para Morin (2003), quando adentramos o conhecimento da complexidade humana, esse conhecimento nos incita a viver, ao mesmo tempo, com seres e com situações complexas.

A compreensão humana nos chega quando sentimos e concebemos os humanos como sujeitos; ela nos torna abertos a seus sofrimentos e suas alegrias. Permite-nos reconhecer no outro os mecanismos egocêntricos de autojustificação que estão em nós, (...) que fazem degenerar em conflitos inexplicáveis as menores querelas. É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão (MORIN, 2003, p. 51).

A instituição que hospeda nossa pesquisa, tem na educação um dos seus principais objetivos, ora, se não há clareza quanto a conceitos no local trabalhado, como caracterizar uma educação de qualidade, se seus executores padecem de falta de conhecimento?

Ensinar consiste em preparar as mentes para responder aos desafios que a crescente complexidade dos problemas impõe ao conhecimento humano; preparar as mentes para enfrentar as incertezas que não param de aumentar, levando-as não somente a descobrirem a história incerta e aleatória do universo, da vida, da humanidade, mas também promovendo nelas a inteligência estratégica e a aposta em um mundo melhor; educar para a compreensão humana entre os próximos e os distantes, ensinar a cidadania terrena, ensinando a humanidade em uma unidade antropológica e suas diversidades individuais e culturais, bem como em sua comunidade de destino, própria à era planetária, em que todos os animais enfrentam os mesmos problemas vitais e mortais (MORIN, 2003, p. 102).

### 5.2.1.1 Abuso de força, espancamento ou algo relacionado

Contextualizando historicamente a violência como método educativo, podemos perceber sua profunda raiz em nossa sociedade, estando presente desde o Brasil Colônia. No entanto não recebe a devida atenção, por se acreditar ser perfeitamente normal que pais eduquem seus filhos através de atos violentos, como foi afirmado anteriormente por Costa e Koberstain (2000). Segundo autores como Ferreira (2002) e Faleiros (2006), por muitos séculos a violência foi aplicada sem qualquer medida punitiva para o praticante, demonstrando a relação de poder de pais sobre os filhos.

Em nossa sociedade, a violência como método educativo foi introduzida no Brasil Colonial pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, em 1549 (GUERRA, 2001, p. 43). Quando o colonizador aqui chegou, encontrou uma população que não aplicava castigo físico em suas crianças. Foram os jesuítas que, com sua missão de disciplinar e catequizar as tribos nativas, introduziram o castigo físico como método educativo, e o mesmo foi adotado como correto pelas primeiras famílias que aqui viviam.

Na pesquisa em tela, as categorias que emergiram das entrevistas denotam uma percepção de seus sujeitos quanto à violência, focada numa construção de elementos que a caracterizam no sopeso da força, espancamento ou algo relacionado a isso, se olvidando de possibilidades cunhadas em tipos que não evoquem tal foco. “E eu começo a observar, e isso é muito preocupante, que a violência é o espancamento, o tapa, coisas assim.” E9

Observa-se que os sujeitos desta pesquisa, na construção de suas respostas, caracterizam violência apenas como algo reducionista no campo da visibilidade de agravos. Assim, ao se adotar uma definição excessivamente limitada, pode-se acabar excluindo os outros tipos do fenômeno, o que na realidade educacional deve ser evitada. A definição de violência, diz respeito tanto a incidentes múltiplos e causadores de stress, que escapam a punição, quanto à agressão brutal e caótica. (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002, p. 61).

Deixar a concepção reducionista, parece ser um desafio para estes profissionais, uma vez que diante da complexidade no mundo contemporâneo, estruturado num paradigma de acontecimentos que propiciam uma lógica coletiva expressa na maneira de pensar numa complexa interação de fatores que podem ser compreendidos à luz de um amplo espectro de determinantes centrados nas diferentes expressões da questão social ampla.

Estes resultados exigem uma ferramenta para que tais sujeitos se apropriem de elementos para melhor conhecer a questão, e assim sendo terem mais eficiência, eficácia e efetividade em seu trabalho educacional.

A prática da violência implica em roubar, das crianças e dos adolescentes, algo inerente, como: o direito à vida digna, à saúde, à educação, o direito ao lazer, à brincadeira, além da possibilidade de desenvolverem capacidade e personalidade fundamentais, ao pensarmos adiante, em uma sociedade que pretenda ser desenvolvida, emancipatória e efetivamente cidadã.

No Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 5º, que reflete a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Observamos que, para alguns pais, mães, outros cuidadores e profissionais, os atos de violência física e psicológica não são qualificados como algo violento e são reproduzidos como uma prática normal e aceitável de disciplinamento (AZEVEDO; GUERRA, 1994). “Algum problema que acarretou essa frustração dela que atrapalha no desenvolvimento dela no dia a dia.” E10

Uma instituição de cunho educacional como se apresenta aquela em que os sujeitos desta pesquisa se situam, caracteriza-se como um lugar de aprendizado, portanto com vários elementos de escola.

A escola, por sua vez, é um contexto multicultural e diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, onde pessoas com características diferenciadas estabelecem interações contínuas e complexas, constroem laços afetivos e se preparam para se inserir na sociedade. É, portanto, uma instituição fundamental não apenas para a transmissão do conhecimento socialmente elaborado, mas também para a preparação dos alunos para a vida, contribuindo para o seu desenvolvimento e propiciando recursos para a evolução intelectual, social e cultural do homem (DESSEN; POLONIA, 2007).

Percebemos a ausência de um trabalho consistente, no sentido de preparar esses profissionais para ajudar a combater a violência infantil, visto que não basta receber informações isoladas sobre o assunto, mas, sim, abordar, de forma sólida este tema na formação dos educadores, não somente no trabalho em que estiverem inseridos.

Não vislumbramos nas falas, nenhuma tônica quanto a complexidade que encerra o tema pesquisado, deixando expresso ausência de observação quanto a este item.

Para (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003) a educação é capaz de possibilitar o surgimento de cidadãos protagonistas, conscientes e críticos. Esta mesma educação deve, a cada dia, reforçar o respeito pelas culturas e pelas diferenças de todas as ordens, levando os alunos a compreenderem que todas as imperfeições observadas no mundo correspondem à imagem do ser humano.

#### 5.2.1.2. Conversar sobre a questão

Para fazer valer os direitos que arrola, o ECA determina a criação de um sistema de garantia de direitos e de proteção integral, o que significa dizer que não apenas descreve os direitos, mas cria mecanismos para que os mesmos possam ser assegurados na prática. A proteção integral obriga todas as políticas sociais a se articularem para viabilizar o atendimento às necessidades de crianças e adolescentes. A exigibilidade torna legítima a defesa comunitária desse atendimento por meio dos Conselhos de Direitos (nacional, estaduais e municipais) e dos Conselhos Tutelares. O Estatuto institui, pois, direitos dos quais não podemos abrir mão e tampouco podemos deixar de lutar para sua efetiva implementação.

Vagostello e colaboradores (2003) constataram que profissionais que trabalham com crianças conseguem identificar várias características de violência, mas não possuem um repertório adequado para lidar com elas. Procuram, por exemplo, conversar e orientar mães e pais agressores, ao invés de encaminhá-los aos serviços existentes na rede para proteção à criança e ao adolescente, não sabendo que tal atitude pode aumentar a violência sobre as vítimas.

A violência é considerada um problema de saúde pública, mas as instituições têm pouca participação nas notificações (DESLANDES, 1994). Faleiros (2006) reforça que o medo de sofrer represálias por parte dos pais e mães denunciados ou de envolver-se em conflitos do universo privado constituem barreiras quase intransponíveis para a efetivação da denúncia da violência por educadores e professores.

Ao silenciarem frente a fatos de violência doméstica confirmada ou de que tenham suspeitas, os profissionais aliam-se ao violentador (FALEIROS, 2007). “Mesmo tendo uma

formação de uma universidade pública, eu consigo perceber essa defasagem no meu processo de formação.” E3

Observamos que, na grade curricular dos cursos de licenciatura no Brasil, não há formação durante essas graduações para o enfrentamento dessa realidade, que será no exercício profissional uma constante no dia a dia. As capacitações em serviço ainda são incipientes e, ao contrário de se configurarem em cursos de formação, funcionam mais como sensibilização, fato que deveria ter ocorrido na graduação e ter seu aperfeiçoamento no exercício profissional.

Os educadores não recebem formação específica na graduação para auxiliá-los no processo de percepção, identificação e formas de enfrentamento à violência. Ao ingressar no mundo do trabalho social ou educacional, não encontram uma prática de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como formação em serviço com relação a esta temática, carecendo, portanto, de teoria e prática frente ao fenômeno da violência.

O ato de denunciar pode ser realizado anonimamente pela instituição, constituindo-se em um poderoso instrumento capaz de enfrentar o fenômeno da violência. A instituição não pode negar-se a cumprir seu papel determinado nos artigos 13 e 245 do ECA, em que se estabelece o papel de notificar todos os casos de que tenha confirmação ou suspeita de violência doméstica. Se esta prática fosse uma rotina, faria com que muitos violadores repensassem suas condutas e também sinalizaria para a sociedade, pais, mães e outros agressores de que não poderiam ficar mudos diante de atrocidades, negligências e violências cometidas contra crianças e adolescentes. “Batendo, espancando a criança, você só vai levar ela a uma revolta muito grande e isso irá implicar no futuro, porque lá ela vai ser uma criança agressiva, vai ser uma criança que vai entrar no mundo errado devido à violência.” E8

Os significados e sentidos que essa violência mobiliza no educador compõem um processo que passa pela revisão da própria história e da elaboração dos traumas pessoais. Além disso, devem-se considerar as crenças e teorias do senso comum frente ao espaço privado e legítimo das famílias em educar e corrigir seus filhos.

No eixo do conhecimento sobre os procedimentos legais e ações de proteção para a criança e adolescentes no Brasil, a categoria definida foi:

### 5.3. EU NÃO CONHEÇO ASSIM AO CERTO QUAIS SÃO OS PROCEDIMENTOS

O ECA regulamenta que deixar o médico, professor, ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, terá como pena o pagamento de uma multa de três a vinte salários-mínimos de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, Cap. II, artigo 245).

Entretanto, devemos considerar que, entre o preceito legal do ECA e a prática dos diversos profissionais que se deparam com as evidências dos maus-tratos, há ainda uma distância a ser vencida, uma vez que nem sempre os profissionais estão preparados para assumir tais atribuições. Esse distanciamento é evidenciado nos trabalhos de Brino e Williams (2003b), Almeida et al. (2006) e Ristum e Vasconcelos (2007), cujos resultados mostram tanto o desconhecimento dos preceitos do ECA quanto a quase inexistência de ações de notificação de casos que são identificados na escola.

Reconheço pelo comportamento atípico da criança quando essa não se comunica ou está muito agitada, o que não é normal no dia a dia. Então essas formas são o que orientam para saber se ocorreu algum tipo de violência ou não. E4

O recrudescimento da violência, por outro lado, revela quão pouco instrumentalizadas estão as instituições sociais, dentre elas aquelas de atendimento à infância, no sentido de desenvolverem estratégias eficazes de enfrentamento, quer seja de forma remediativa ou preventivamente. Isso posto, como promover mudanças na forma de entender violência do lugar de uma instituição que tem como missão educar, se tal alteração deve ser sustentada primeiro por uma leitura da função parental e na forma como se potencializa o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente? Parece-nos ser este um desafio para o funcionamento da instituição que deva ser suficientemente flexível no atendimento, não se atendo apenas à operacionalização previamente definida em seus serviços.

A fala de um dos educadores entrevistados expressa-se:

Eu não conheço assim ao certo quais são os procedimentos. Sei que tem o instituto da criança e do adolescente que defende os seus valores, agora as normas corretas, o que acontece eu ainda não sei.  
E10

Se os educadores(as) não conhecem os procedimentos legais e ações de proteção para as crianças e adolescentes no Brasil, como poderão atenderem a tais segmentos se são desprovidos de entendimento sobre a questão, que requer uma prática de relevante importância para a infância e que deve ser eficiente? Portanto a primeira estratégia para tal segmento é a a capacitação destes neste foco de competência, além de outras práticas necessárias. Segundo Alarcão e Pereira (2016), uma vez explicitada a importância das práticas profissionais, deve-se atentar que as mesmas devam espelhar uma visão sistêmica, importando refletir sobre como fazê-lo, sugerindo pontos essenciais, segundo os quais os profissionais deverão:

- Reconhecer os diferentes focos de intervenção e compreender como se articulam, independentemente do seu contexto de pertença institucional, dos objetivos a alcançar ou do foco temporal;

A Lei nº13.431, de 4 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sendo que em seu Art. 1º normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Quanto, a saber, reconhecer, se uma criança ou adolescente sofreu algum tipo de violência apontou-se:

#### 5.4. OU ELES SE FECHAM MUITO OU ELES SE AGITAM MUITO

Importante ressaltar que embora a categoria expresse uma forma de visualizar e reconhecer que a criança ou adolescente sofreu algum tipo de violência, as expressões deste reconhecimento, tiveram antes uma observação de que deveriam encaminhar a criança ou o adolescente para outro profissional da instituição. “Passar para o assistente social para averiguação.” E1

O passar a bola seria indicativo de poder ficar moralmente em paz com a vítima e com a consciência e não ir atrás poderia indicar que não quer envolver-se com os relatos das providências que foram ou não tomadas em defesa dessa criança. Passar a bola é não tê-la na mão, é não ser responsável por ela, é não ficar com ela. A existência dos comentários, num primeiro momento, fornece visibilidade ao fenômeno, passam-se à frente os comentários, mas sem comprometer-se com eles.

A partir desse fato, esperam-se providências e ações, baseadas no cumprimento aos artigos 13, 56 e 245 do ECA (BRASIL, 2003), e esses educadores podem, inclusive, ser responsabilizados administrativa e civilmente por omissão, caso não intervenham na situação.

Quando tem casos de violência contra a criança ou adolescente a gente tenta comunicar a escola ou o núcleo assistencial para entrar em contato com a assistente social e verificar com a família o que está acontecendo. E6

Continuam agindo guiados pelo senso comum, de que pai tem o direito de bater; se o filho está apanhando, é porque fez por merecer. Resguardando a família, enquanto espaço privado e protegido de olhares e intervenções externas. “Olha eu percebi isso na criança, conversar com a assistente social e com esse grupo.” E3

O fato de os educadores não saberem sobre os dispositivos legais pode evocar, ainda, violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização. § 2º Os órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça adotarão os procedimentos necessários por ocasião da revelação espontânea da violência.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS faz parte da Secretaria de Assistência Social, no entanto, não foi citado nas falas. O CREAS entrou em vigor no ano de 2007, passando a englobar algumas instituições, o CREAS realiza atendimento psicossocial à criança e ao adolescente vítima de todo e qualquer tipo de violação de direitos.

Verificamos na instituição ausência de protocolos de notificação a crianças e aos adolescentes vitimizados nos serviços e a presença de uma equipe multiprofissional com atuação fragmentada.

Vale dizer que antes mesmo da Lei que estabelece garantias de direitos da criança e do adolescente, a Lei nº 13046/14 obriga entidades a terem em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes, o que não ocorre na instituição constituinte de nosso campo de estudo.

Assim, a compreensão que os educadores apresentam sobre o tema da violência é dissociado das obrigações que são pertinentes relativas a este conhecimento e sua complexidade. Uma vez não conhecendo parâmetros, não sabem e não podem propiciar uma trajetória de educação. “O pensamento complexo não se reduz nem à ciência, nem à Filosofia, mas permite sua comunicação, como se fosse uma gaveta que trabalha para unir os fios (MORIN, 2003).”

No cotidiano, os educadores percebem que seus alunos apresentam-se desnutridos, apáticos, chorosos, arredios às tentativas de contatos, agressivos, com problemas de aprendizagem, uniforme sujo, vocabulário inadequado para sua idade, comportamentos sexualizados, enfim alienados à instituição, mas têm dificuldades em associar estas percepções à vivência de violência e ao processo de denúncia, notificação e enfrentamento. “Ou quando uma criança quer se aparecer demais.” E7

A violência, provocada na criança ou no adolescente, também deixa diversos sintomas nas instituições que frequentam. Na escola, podem ser encontrados: baixo rendimento, falta de atenção e de concentração, comportamentos agressivos, passividade, apatia e choro (Azevedo; Guerra, 1989). Estes comportamentos não afetam somente a vítima, mas a escola, a família e os demais grupos sociais de que ela participa e por fim toda a sociedade.

O ensino e a aprendizagem, seja infantil, fundamental, médio, integral, ambiental, trazem benefícios inumeráveis para o futuro da criança, porque educar é criar perspectiva de mudança e para a criança violentada, toda e qualquer mudança que venha a resgatá-la da situação de risco em que se encontra será bem-vinda.

A rede de proteção multidisciplinar é o meio encontrado pela sociedade, Estado e instituições de amparo não apenas para trazer à tona os massacres sofridos pela criança violentada, mas, principalmente, para desenvolver iniciativas emergentes que incluam os entes federados, a sociedade, a família e os órgãos públicos no cuidado direto da criança e do adolescente. As ações desenvolvidas pela rede de proteção integral da criança e do adolescente, conferidas com o respaldo jurídico da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente possibilitam que haja integralidade no cuidado desses cidadãos.

A caracterização dos espaços sociais com maior incidência de violência e das diferentes formas de ações agressivas revela que a conduta violenta está disseminada por toda a sociedade. Estamos mais perto dela do que gostaríamos, e ela é mais extensiva do que imaginamos. Em função dessas características intensivas e extensivas da violência, sua desarticulação somente poderá ser alcançada se sua busca for adotada como um dever social de todos, em uma rede de proteção integral.

Tais aquisições de conhecimento tenderiam a humanizar o olhar dos educadores para famílias produtoras de violações, enquanto famílias fragilizadas e com um potencial significativo para mudanças, tais como: fortalecimento dos vínculos afetivos, aquisição de modelos de educação e criação sustentados na mediação e não na violência doméstica; transformando-se, assim, em um espaço de afeto, amparo e suporte para todos os membros do grupo familiar.

Para que a rede possa funcionar de maneira a garantir e buscar a inclusão, promoção e proteção das crianças e adolescentes contra a violência, é importante destacar alguns atores que são importantes nessa articulação com o CREAS, sendo eles, Secretaria de Assistência Social (SAS), que é o órgão gestor do município, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Serviço de Acolhimento (acolhimento institucional e famílias acolhedoras), Rede de Educação, Serviços de Saúde, em especial saúde mental, Delegacias/Delegacias Especializadas, entre outros que são necessários para qualificar e fortalecer esse enfrentamento.

Com base nos resultados do presente estudo, foi possível verificar que o conhecimento dos educadores a respeito dos conceitos, causas e consequências da violência apresenta déficits verificando-se desorientação dos mesmos quanto às atitudes frente a situações de violência. Observamos a necessidade de uma padronização quanto à conduta pelos educadores, para que as devidas providências sejam tomadas, a fim de combater o silêncio dos negligentes, minimizando, assim, as consequências desse mal que tanto aflige a população.

A atenção à violência exige disponibilização de recursos especializados em período integral, o que implica a articulação dos serviços localizados em cada município e nas regiões de saúde. Portanto, a sistematização do processo de trabalho é um instrumento importante para viabilizar o cuidado humanizado, que propomos com as ações descritas neste protocolo.

O acolhimento da pessoa em situação de violência deve permear todos os locais e momentos do processo de produção do cuidado, diferenciando-se da tradicional triagem. O acolhimento representa a primeira etapa do atendimento e nele são fundamentais: ética, privacidade, confidencialidade e sigilo. A pessoa deverá ser acolhida em ambiente reservado assim que sinaliza o fato que a levou a procurar atendimento. Nesse momento, podemos observar se existe a presença de alguma pessoa que possa coibir o relato, seja familiar ou profissional do serviço e verificar a possibilidade de entrevista na presença de outro técnico ou sem o familiar, muitas crianças podem estar sendo abusadas pelos próprios acompanhantes, ou estes são coniventes.

A notificação da violência é definida como um instrumento de vigilância epidemiológica, tal como outros já tradicionais no âmbito da saúde pública (BRASIL, 2002). Os estados e municípios brasileiros dispõem, em seus sistemas de saúde, de basicamente dois tipos de dados acerca da violência: os do SIM (Sistema de Informação de Mortalidade).

O protocolo tem a potência de convocar os profissionais a repensarem suas práticas de cuidado, no que tange à violência e para além dela.

A elaboração do protocolo na instituição, portanto, serviu tanto para pensar concepções e práticas frente à violência, quanto se apresentou como um analisador importante dos processos de trabalho no nosso cotidiano.

Apesar de tantos estudos e avanços, ainda há muito a ser pensado sobre o reconhecimento da violência, no cotidiano da prática profissional, o avanço das discussões e das formulações de políticas ainda não se revela compatível no nível da atuação profissional. Por outro lado, os avanços em termos de políticas ainda estão aquém do que se percebe como necessidade de enfrentamento.

Ao invés de pretender uma política que dê conta da totalidade e complexidade do fenômeno, este estudo vem corroborar o que outros autores apontaram acerca da importância de articular as políticas de humanização para pensar ações dirigidas aos educadores, acrescenta como proposta, que essa articulação contemple também as políticas de enfrentamento da violência.

Além da implementação de um protocolo, o qual defina claramente o papel de cada membro, para que assim se construa uma rede hierarquizada, articulada e contínua de ações. Assim temos uma abordagem ampla e integrada para enfrentamento da violência, mudando a forma de olhar dos profissionais que prestam assistência às crianças e aos adolescentes e suas

famílias, para orientar, acompanhar, e prestar assistência às vítimas em situação de violência. Esperamos ter contribuído para a reflexão sobre a temática da violência contra a criança e o adolescente, embora saibamos que esse assunto não se esgota com os resultados desta pesquisa, pelo contrário, esse foi apenas o recorte possível neste momento, e novos e mais aprofundados estudos precisam ser realizados como subsídio aos profissionais na prevenção e solução da violência que assola as crianças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apreender a percepção dos educadores sociais sobre crianças e adolescentes vítimas de violência. Para tanto, procurou-se compreender o significado da violência contra crianças e adolescentes, sendo que os resultados demonstraram, no que concerne ao significado da violência para os educadores, que os mesmos não deram um conceito concreto a esta.

A violência contra a criança, destacando os efeitos devastadores que produz no desenvolvimento global do indivíduo vitimizado, necessita de um trabalho que envide esforços para o enfrentamento e redução do problema. Nessa premissa, os diversos setores envolvidos com a proteção integral à infância devem empoderar-se da responsabilidade e compromisso que norteiam suas ações diante do agravo, abordar qualitativamente o tema no cenário institucional, possibilitando avaliar a percepção dos educadores, apreendendo seus sentimentos, conhecimentos e práticas no âmbito de trabalho, mas também suas atitudes no convívio social.

No cotidiano dos educadores sociais, as alterações no comportamento da criança bem como do adolescente, principalmente a agressividade e o isolamento, são consideradas sinalizadores na suspeição da vitimização, dessa forma, evita-se confundir essas reações como ausência de educação doméstica ou timidez, que induzem a caracterizar a criança problemática, deixando de avaliar o ambiente social no qual ela está inserida. Esperar que a violência se materialize apenas em marcas físicas identificáveis para então diagnosticar e conduzir é considerar a criança como um corpo biológico, omitindo sua existência como ser biopsicossocial, por outro lado, o olhar humanizado permite a observância de estigmas emocionais que refletem o sofrimento de uma infância violentada.

Corroborando a subjetividade que norteia o educador no tocante à vitimização protagonizada nos lares, visualiza-se a atenção que é dispensada à maneira como os pais se comportam no tratamento com seus filhos, verbalizando expressões que desvirtuam a autoestima, porém são tolerados pela sociedade com a justificativa de representar questão familiar e cultural. O reconhecimento pelo educador de que atos violentos perpetrados contra a criança representam o

descumprimento de direitos adquiridos remete ao entendimento de que este profissional tem conhecimento apropriado sobre quais são os direitos conferidos à infância e adolescência.

Agir isoladamente demonstra o desconhecimento da legislação vigente, além da fragilidade que se desenha nas barreiras encontradas para enfrentamento ao agravo, cuja complexidade demanda ações intersetoriais articuladas com a rede de proteção social, objetivando o fortalecimento dos órgãos engajados na proteção de crianças vítimas de violência. A carência de parcerias com outros setores é real, resultando em atuações inconsistentes que não possibilitam estratégias de prevenção e acompanhamento adequados à vítima e à família agressora.

O educador reconhece o impacto negativo que a violência causa ao desenvolvimento da criança, todavia a postura diante de casos detectados ainda encontra-se aquém do necessário para o enfrentamento. A falta de conhecimento demonstrada reflete a vulnerabilidade desse profissional para agir e reagir em situações com a magnitude da violência doméstica contra a criança.

Nessa perspectiva, a partir da análise e discussão dos resultados, é possível dizer que os objetivos deste estudo foram alcançados, por revelar qual a percepção que os educadores possuem sobre a violência contra crianças e adolescentes.

Eles a definiram a partir da atribuição de ações, causas e fatores associados à violência, relacionando-a aos fatores comportamentais; à vulnerabilidade da criança, entendida neste estudo como o grau de dependência, fragilidade e falta de defesa que, especialmente, a criança apresenta em relação ao adulto; a violação de direitos e a família como produtora e reprodutora da violência.

Enfatizamos que o conceito de violência não é único, ele é um conceito histórico que sofre a influência de cada época. Além disso, por muito tempo, as crianças foram consideradas propriedade dos pais e, por isso, o uso da punição física como medida educativa era amplamente aceita.

Nesse sentido, conhecer o significado da violência para os educadores que lidam com crianças e adolescentes é de extrema importância, pois o desenvolvimento de seu trabalho e até mesmo a formulação das políticas de combate à violência irão sofrer a interferência do olhar que cada profissional possui em relação a este fenômeno.

Entendendo a violência como um fenômeno complexo, de múltiplas causas, que sofre a influência de diversos fatores, reconhecemos que para que haja um adequado manejo de tal

problema é imprescindível um trabalho conjunto e articulado de diversos setores e saberes, ou seja, é necessário um trabalho em rede.

Enfim, analisar a percepção dos educadores sociais sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes suscitou diversas reflexões e nos oportunizou perceber que os profissionais necessitam de apoio e formação para o adequado desenvolvimento do seu trabalho.

O Serviço Social da instituição propõe que se desenvolvam capacitações permanentes sobre violência ou sobre a temática, empenhando-se em buscar apoio e parcerias por meio da rede de proteção social, no sentido de promover e garantir a cidadania dos educandos, além de viabilizar o suporte técnico e psicossocial que possibilite ao educador desempenhar seu papel com habilidade e segurança.

Acreditamos, ainda, que a socialização deste estudo poderá contribuir para que os profissionais possam repensar suas ações e se abram para novos olhares em busca de intervenções mais efetivas, no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Além disso, esperamos que esta pesquisa possa se tornar o ponto de partida para a realização de novos estudos que cooperem com o compromisso ético e legal da proteção de crianças e adolescentes, vítimas de violência.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, M.; PEREIRA, D. **Proteção à Infância em Situações de Violência Vicariante: Como avaliar e Promover Competências Parentais?** *In* Práticas de Intervenção na Violência e no Crime. Coordenação: Ana Isabel Sani, Sónia Caridade. PACTOR-Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação -Lisboa –Portugal, 2016.
- ALMEIDA, S. F. C.; SANTOS, M. C. A. B., ROSSI, T. M. F. Representações Sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n.3, p.277-286. 2006.
- AZEVEDO, M. A. **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. **Infância e Violência Doméstica: apostila do curso de especialização – módulos 1 A/B**. São Paulo: Lacri/USP, 2005.
- BRASIL. **Lei Federal 8.069/90**, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Assistência à Saúde. Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002a.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.
- BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da Professora Acerca do Abuso Sexual Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n.119, p.113-128. 2003.
- COLLET, N.; OLIVEIRA, B.R.G. **Manual de Enfermagem em Pediatria**. Goiânia: AB Editora; 2002.
- DEBARBIEUX, E.;BLAYA,C.(Org.).**Violência nas Escolas: dez abordagens europeias**. Brasília: UNESCO, 2002.
- DESLANDES, S. F. **Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: análise de um serviço**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, 1994
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A Família e a Escola como Contextos de Desenvolvimento Humano. **Paideia - Cadernos de Psicologia e Educação**, 1, 36, 21-32, 2007.
- DIAS, R.R. Efetivação do Sistema de Garantias: uma abordagem interativa e necessária entre educadores e a rede de proteção no combate à violência infanto-juvenil. **Violência e Educação: em busca de novos olhares**. Organização Vilmar Malacarne (et.al). Curitiba: CRV 2014.

FALEIROS, J. M. **Estudo da Prevalência de Maus-Tratos em Crianças Matriculadas de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental em Escolas da Rede Pública e Particular da Cidade de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto. 2006.

FALEIROS, V.P.; FALEIROS, E.S. **Escola que Protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FONTANELLA, B.J.B.; RICA, J.; TURATO, E.R. Amostragem por Saturação em Pesquisas Qualitativas em Saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1. 17-27, 2008.

FORTIN, R. **Compreender a Complexidade**: introdução a “O Método de Edgar Morin”. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, M.F.C. A Construção do Pensamento: uma contribuição da psicologia. In CASTRO, E. A; RAMOS DE OLIVEIRA, P. (Orgs.). **Educando para o pensar**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002, p. 103-109.

GOUVEIA, J.R.A. O Conceito de Modelo e sua Utilização nas Ciências do Comportamento: Breves Notas Introdutórias. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC Campinas, v. 16,v.1,p.13-16, janeiro/abril 1999.

KRUG, E. G. et al. LOZANO R. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002, p. 380.

MARCILIO, M.L. **A Lenta Construção dos Direitos da Criança Brasileira – Século XX**. Disponível em: <http://www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%2FArtigos/crianca.pdf>. Acessado em: 17 mar. 2011.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.

MINAYO, M. C. de S. **O Significado Social para a Saúde da Violência contra Crianças e Adolescentes**. São Paulo: EDUSP, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 128p.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F. Análise da implantação da rede de atenção às vítimas de acidentes e violências segundo diretrizes da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade sobre Violência e Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.5, p.1641-49, 2009.

MIOTO, R. C. **Família e Serviço Social**: contribuições para o debate. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 53, 2000.

- MORIN, E. **A Cabeça Bem Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: JACOBINA, E. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, E. O Método 5: **A Humanidade da Humanidade**. Porto Alegre Sulinas, 2002. 312p.
- MORIN, E. **O Método 6**: ética. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, E; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. Tradução: VALENZUELA, S. T. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- NETTO, P. **É Urgente Reeducar!** São Paulo: Elevação, 2010.
- OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.
- PEDROZA, R. L. S. Escola, Adolescência e Violência: construções sociais. *In Adolescência e Violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais*. Liber Livro e Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- POLETO, L. B. **A (Des)Qualificação da Infância**: a história do Brasil na Assistência dos Jovens. In: IX ANPED Sul, 2012, Caxias do Sul. ANPED Sul, 2012.
- RISTUM, M.; VASCONCELOS, T. A. N. **Violência Doméstica Intra/Extra Familiar**: o conhecimento dos profissionais da escola sobre o ECA. V Congresso Norte/Nordeste de Psicologia, Resumos. Maceió, AL. 2007.
- ROQUE, E. M. S. T. **A Violência na Família contra Crianças e Adolescentes e a Percepção dos Operadores do Direito, na Comarca de Jardinópolis – SP**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.
- ROQUE, E. M. S. T. **Estudo das Famílias de Crianças e Adolescentes, Vítimas de Violência, que Sofreram Intervenção da Justiça, em Comarca de Vara Única – São Paulo – Brasil**. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.
- ROQUE, E.M.S.T; FERRIANI, M.G.C.. Desvendando a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes sob A Ótica dos Operadores do Direito na Comarca de Jardinópolis-SP. **Rev. Latino-am Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 334-44, mai-jun. 2002.
- SALOMON, Z. Situação da Criança e do Adolescente em Israel: crescendo em ambientes violentos – vulnerabilidade e resiliência. *In WESTPHAL, M. F. (Org.). Violência e Criança*. São Paulo: EDUSP, 2002 p. 73-91.
- SANCHEZ, T.V. **Debaixo do Mesmo Teto**: análise sobre a violência doméstica. FERRINI, Maria das Graças Carvalho et al (Orgs.). Goiânia: AB Editora, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** A pesquisa qualitativa em educação. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 175.

VAGOSTELLO, L. **Violência Doméstica e Escola:** um estudo em escolas públicas de São Paulo. Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 190-196, jul-dez. 2003.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da Aprendizagem:** práticas de mudança por uma práxis transformadora. 5. ed. São Paulo: Libertad, 2003.

VELOSO, M. M., X. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva.** Disponível em: <<http://www.scielo.br>> . ISSN 12631272, 2013.

VYGOTSKY. **A Formação Social da Mente.** Martins Fontes, 1984.

WANDERLEY, M.S. **A Importância da Ludicidade e da Pedagogia do Cidadão Ecumênico – PCE no Desenvolvimento Infantil.** 2007.

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Status Report On Violence Prevention.** Genova :World Health Organization,2014, 292p.

## APÊNDICE I



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

**FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS**

1. Projeto de Pesquisa: PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DA INSTITUIÇÃO LBV DE RIBEIRÃO PRETO SOBRE A QUESTÃO DA VIOLENCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES		2. Número de Participantes da Pesquisa: 10	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Saúde Pública			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque			
6. CPF: 005.799.188-07		7. Endereço (Rua, n.º): TIBIRICA , 444 CENTRO apto 1111 RIBEIRAO PRETO SAO PAULO 14010090	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (16) 3625-8813	10. Outro Telefone:
		11. Email: jkroque@uol.com.br	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>9</u> / <u>11</u> / <u>2015</u>		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: Universidade de Ribeirão Preto UNAERP		13. CNPJ: 55.983.670/0001-67	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (16) 3603-6779		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>SILVIA S. SILVA</u>		CPF: <u>14492928-05</u>	
Cargo/Função: <u>COORDENADORA PROGRAMA SAUDE E EDUCACAO</u>			
Data: <u>12</u> / <u>11</u> / <u>2015</u>		 Assinatura	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.			

## APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estou ciente de que este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado: Percepção dos Educadores Sociais da Instituição LBV de Ribeirão Preto sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes, do Mestrado Educação em Saúde da Universidade Ribeirão Preto UNAERP, a cargo de Cintia Aparecida da Silva sob orientação da professora Profª Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque, tem por finalidade avaliar o conhecimento dos Educadores Sociais sobre a violência contra criança e adolescente, bem como capacitar e informar os mesmos sobre ações e procedimentos conforme preconiza o ECA. Para participar desta pesquisa deverei:

- Responder às questões investigativas, formuladas e aplicadas pelas pesquisadoras;

Estou ciente também que:

- Minha participação é voluntária;
- Posso desistir dessa participação a qualquer momento;
- Não estou exposto a nenhum dano mental ou físico;
- Não terei nenhum gasto e não receberei nenhum reembolso financeiro por esta participação;
- Os resultados poderão ser publicados em eventos científicos.

Sendo assim, eu \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ concordo em participar deste Trabalho de Mestrado Educação em Saúde como voluntário (a), sendo que qualquer dúvida serão dirigidas junto a pesquisadora e sua orientadora nos contatos abaixo especificados.

Ribeirão Preto, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2016.

Assinatura do (a) Voluntário (a)



Cintia Aparecida da Silva - Pesquisadora  
 CPF:22221814802  
 RG:24153754-x  
 Código UNAERP: 16021  
 Fone: +55(16) 99322-9929  
 Endereço: Rua Antônio José de Oliveira nº750  
 CEP: 14079375

A



Prof. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque - Orientadora  
 CPF:00579918807  
 RG:5503954-6  
 Código UNAERP: 12085/00-0  
 Fone: +55(16) 3603-6753  
 Endereço: Rua Tibiriça nº444 Aptº 1101  
 CEP: 14010090

Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) Fone: (16) 3603-6736/3603-6887  
 Av. Costabile Romano, n. 2201, Bairro Ribeirânia, Ribeirão Preto-SP

**Carta de Encaminhamento ao Comitê de Ética**

**Ilma Sr<sup>a</sup>**  
**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Rezende Alves Oliveira**  
**Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UNAERP**  
**Universidade de Ribeirão Preto – Campus Ribeirão Preto**

Ribeirão Preto, 13 de Novembro de 2015

Venho pelo presente encaminhar o Projeto intitulado: A percepção dos Educadores Sociais da Instituição LBV de Ribeirão Preto – SP sobre a violência contra crianças e adolescentes a ser desenvolvido pela Mestranda – Cintia Aparecida da Silva do Curso de Mestrado em Saúde e Educação, tendo como orientadora a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque, docente do programa de mestrado em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, para a apreciação deste comitê.

As atividades serão desenvolvidas no município de Ribeirão Preto -SP, na Instituição LBV de Ribeirão Preto - SP.

Atenciosamente,



---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque



---

Cintia Aparecida da Silva

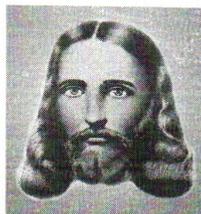


**LBV**

Diretor-Presidente  
José de Paiva Netto  
CNPJ | 33.915.604/0001-17  
Associação civil de direito  
privado, de natureza beneficente  
e filantrópica, sem fins  
econômicos, de caráter  
educacional, cultural e de  
assistência social. Reconhecida  
como de Utilidade Pública  
Federal e portadora do  
Certificado de Entidade  
Beneficente de Assistência Social.

Fundada em 1º de janeiro de 1950  
(Dia da Confraternização  
Universal), possui representação  
nas Nações Unidas — no  
Departamento de Informação  
Pública (DPI) e no Conselho  
Econômico e Social (Ecosoc), neste  
com o status consultivo geral.

Missão | Promover  
Desenvolvimento Social e  
Sustentável, Educação e Cultura,  
com Espiritualidade Ecumênica,  
para que haja Consciência  
Socioambiental, Alimentação,  
Segurança, Saúde e Trabalho  
para todos, no despertar do  
Cidadão Planetário.



### Termo De Consentimento Livre E Esclarecido

### AUTORIZAÇÃO DA GESTORA SOCIAL DA LBV PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.

Ribeirão Preto, 29 de Outubro de 2015.

Eu Cláudia Fernanda Perpétua Oliveira Campos, Gestora Social da Legião da Boa Vontade, declaro para os devidos fins que autorizo a aluna Cintia Aparecida da Silva, devidamente matriculada no Programa de Mestrado em Saúde e Educação da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) a conduzir os estudos de coleta junto a LBV de Ribeirão Preto, para o desenvolvimento do Projeto de Mestrado Intitulado: "Percepção dos Educadores Sociais da Instituição LBV de Ribeirão Preto sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes". Este Projeto será realizado sob a supervisão e orientação da Prof. "Drª Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque. Tenho ciência de que toda e qualquer coleta de dados somente será realizada após registro do Projeto junto a Plataforma Brasil e aprovada por parte do Comitê de Ética em Pesquisa da UNAERP.

Por ser verdade, firmo o presente,

*Cláudia Fernanda Perpétua Oliveira Campos*

CLÁUDIA FERNANDA PERPÉTUA OLIVEIRA CAMPOS  
GESTORA SOCIAL-LBV RIBEIRÃO PRETO  
RG: 34718641-5

33915604/0477-76

LEGIÃO DA BOA VONTADE

Rua Rio de Janeiro, 393 1º Andar

Campos Eliseos - CEP 14080-180

RIBEIRÃO PRETO - SP

Sede Central | Rua Sérgio Tomás, 740 – CEP 01131-010 – Bom Retiro  
São Paulo/SP – Brasil – Tel.: +55 (11) 3225-4500 | [www.lbv.org.br](http://www.lbv.org.br)

### APÊNDICE V - Orçamento do projeto de pesquisa



UNICEF

**Orçamento do projeto de pesquisa**

**UNIVERSIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO ANO 2016**

Nome do Projeto: PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DA INSTITUIÇÃO LBV DE RIBEIRÃO PRETO SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

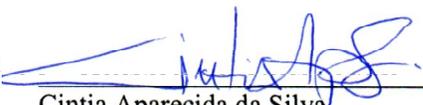
Coordenadora do Projeto: Prof. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque  
Aluna Mestranda: Cintia Aparecida da Silva

Despesa	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Folhas de papel sulfite A4 (2 pacote)				R\$ 30,00									R\$ 30,00
Caneta azul bic ( 1cx)			R\$ 10,00										R\$ 10,00
Combustível			R\$50,00										R\$ 50,00
Impressão Gráfica 03				R\$ 30,00									R\$ 30,00
Total													R\$ 120,00

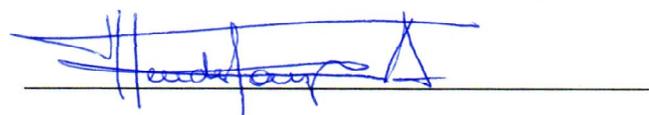
**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que a presente pesquisa não receberá ajuda financeira de nenhum órgão de fomento, sendo que todos os custos para realização do trabalho será de inteira responsabilidade destes pesquisadores.

APÊNDICE

  
Cintia Aparecida da Silva

PERCE  
RIBEIRÃO PI  
CRIANÇA E A

  
Prof. Dra. Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque

Idade \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_ Formação \_\_\_\_\_

Ocupação\_\_\_\_\_

- 1- O que você entende por violência contra criança e adolescente? Qual o significado? Como educador você tem alguma ação voltada a esta questão?
- 2- Você conhece os procedimentos legais e as ações de proteção para com a criança e adolescente vitimizados, na realidade brasileira? Quais são eles?
- 3- Sabe reconhecer se uma criança ou adolescente sofreu algum tipo de violência? De que maneira?

## **APÊNDICE VII - Protocolo de Atuação**

### **PROTOCOLO DE ATUAÇÃO DE EDUCADORES(AS) INSTITUCIONAIS FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E OU O(A) ADOLESCENTE**

Este protocolo foi desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa título: "**A percepção dos educadores sociais da Instituição LBV de Ribeirão Preto sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes.**" e visa a esclarecer as dúvidas mais comuns pertinentes à violência contra a criança e o adolescente, de forma objetiva e simples. Assim, você poderá contribuir para um melhor desenvolvimento da atuação de todos aqueles que desempenham papel de educador no espaço institucional e melhor atendimento de seus usuários.

Seu inteiro teor pauta-se na Lei nº **LEI Nº13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017.**

## **1- A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ESTABELECE SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE?**

Sim , a Lei 13.431/17 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas.

§ 1º A criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial.

§ 2º Os órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça adotarão os procedimentos necessários por ocasião da revelação espontânea da violência.

§ 3º Na hipótese de revelação espontânea da violência, a criança e o adolescente serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada no § 1º deste artigo, salvo em caso de intervenções de saúde.

§ 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

## **2- QUAIS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA?**

**I - violência física**, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

### **II - violência psicológica:**

**a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito** em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (**bullying**) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

**b) o ato de alienação parental**, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

**c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento** contra membro de sua família ou de sua rede de apoio,

independentemente do ambiente em que foi cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

**III - violência sexual**, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

**a) abuso sexual**, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

**b) exploração sexual** comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

**c) tráfico de pessoas**, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

**IV-violência institucional**,entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada , inclusive quando gerar revitimização.

### **3- QUAIS SÃO OS SINTOMAS QUE APARECEM NA CRIANÇA OU ADOLESCENTE QUE SOFREU VIOLÊNCIA?**

#### **Segundo estudos:**

A violência provocada na criança ou no adolescente, também deixa diversos sintomas nas instituições que frequentam. Na escola podem ser encontradas: baixo rendimento, falta de atenção e de concentração, comportamentos agressivos, passividade, apatia e choro (AZEVEDO; GUERRA, 1989). Estes comportamentos não afetam somente a vítima, mas a escola, a família e os demais grupos sociais de que ela participa e por fim toda a sociedade.

O ensino e a aprendizagem, seja infantil, fundamental, médio, integral, ambiental, trazem benefícios inumeráveis para o futuro da criança, porque educar é criar perspectiva de

mudança e para a criança violentada, toda e qualquer mudança que venha a resgatá-la da situação de risco em que se encontra será bem-vinda.

#### **4.COMO OS EDUCADORES DA INSTITUIÇÃO PODEM ATUAR EM QUALQUER SUPEITA DE VIOLÊNCIA?**

De acordo com a Lei n.13.431/17:

Art. 13. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão promover, periodicamente, campanhas de conscientização da sociedade, promovendo a identificação das violações de direitos e garantias de crianças e adolescentes e a divulgação dos serviços de proteção e dos fluxos de atendimento, como forma de evitar a violência institucional.

Art. 14. As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência.

§ 1º As ações de que trata o **caput** observarão as seguintes diretrizes:

I - abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida;

II - capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais;

III - estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento;

IV - planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento, respeitadas as especificidades da vítima ou testemunha e de suas famílias;

V - celeridade do atendimento, que deve ser realizado imediatamente - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência;

VI - priorização do atendimento em razão da idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva;

VII - mínima intervenção dos profissionais envolvidos; e

VIII - monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento.

§ 2º Nos casos de violência sexual, cabe ao responsável da rede de proteção garantir a urgência e a celeridade necessárias ao atendimento de saúde e à produção probatória, preservada a confidencialidade.

Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar serviços de atendimento, de ouvidoria ou de resposta, pelos meios de comunicação disponíveis, integrados às redes de proteção, para receber denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. As denúncias recebidas serão encaminhadas:

I - à autoridade policial do local dos fatos, para apuração;

II - ao Conselho Tutelar, para aplicação de medidas de proteção; e

III - ao Ministério Público, nos casos que forem de sua atribuição específica.

